

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

PEDRO JORGE COUTINHO GUERRA

DOÇURA E MORTE:
O engenho do Miriri – Paraíba
(1951-1997)

RECIFE
2022

PEDRO JORGE COUTINHO GUERRA

DOÇURA E MORTE:
O engenho do Miriri – Paraíba
(1951-1997)

Relatório final apresentado ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena

RECIFE
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

PEDRO JORGE COUTINHO GUERRA

DOÇURA E MORTE
O engenho do Miriri - Paraíba
(1951-1997)

Relatório final apresentado ao Programa de
Pós-graduação em História, da Universidade
Católica de Pernambuco, como requisito para
a obtenção do título de Mestre em História.

Recife, 05 de dezembro de 2022.



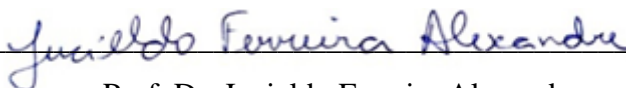
Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena

Orientador



Prof. Dr.. Walter Valdevino do Amaral

Membro Titular Interno



Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre

Membro Titular Externo

G934d Guerra, Pedro Jorge Coutinho
Doçura e morte: o Engenho do Miriri – Paraíba
(1951-1997) / Pedro Jorge Coutinho Guerra, 2022.
57 f.

Orientador: Paulo Henrique Fontes Cadena
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2022.

1. Engenhos – Paraíba – História. 2. Memória coletiva.
3. Historiografia. 4. Documentário (Cinema). I. Título.

CDU 981.33

Luciana Vidal - CRB4/1338

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A minha irmã, Georgiana Coutinho Guerra, por estar sempre ao meu lado.

Ao meu orientador, professor Doutor Paulo Henrique Fontes Cadena, pela paciência e generosidade.

Ao professor da graduação em História, José Acácio Gouveia, pilar e farol daquele curso.

Aos meus colegas da turma do Recife, na pessoa do bem-aventurado amigo Tiago Cardoso da Silva, por quem tenho grande apreço.

A todas e todos os queridos e abnegados professores do mestrado.

JOÃO BOA MORTE
(Cabra marcado para morrer)

Vou contar para vocês
Um caso que sucedeu
Na Paraíba do Norte
com um homem que se chamava
Pedro João Boa-Morte
Lavrador de Chapadinha:
Talvez tenha morte boa
Porque vida ele não tinha

Sucedeu na Paraíba
mas é história banal
em todo aquele Nordeste.
Podia ser no Sergipe,
Pernambuco ou Maranhão,
que todo cabra-da- peste
ali se chamava João
Boa-Morte, vida não.

Ferreira Gullar

RESUMO

Este trabalho visa à realização da produção de um documentário baseado no Engenho do Miriri como local de contribuição para a história da formação da Paraíba compreendendo o período de 1951-1997. A análise historiográfica ocorreu por meio de trabalhos publicados em universidades brasileiras e livros, que envolveram temas como o trabalho de escravizados, os caminhos do açúcar e a construção do Engenho do Miriri como os trabalhos de José Israel da Costa (1623), e os relatórios de Adrian *van der Dussen* (1639) e Elias Herckmans (1639). A metodologia utilizada deu-se com base na reunião de diversos trabalhos historiográficos que abordam frentes sobre a construção do engenho, e assim identificamos os fios condutores que apontam para o local de seu desenvolvimento e produção açucareira, partindo das obras de Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins (2019), José Antônio Gonçalves de Mello (2004), Evaldo Cabral de Mello (2012), Josué de Castro (1969). A parte teórica foi desenvolvida dentro daquilo que Diehl (2004), aponta ser o pensar histórico com base em três perspectivas de interesse: o teor das experiências, o teor das normas e o teor dos sentidos. No documentário utilizamos a História Oral como metodologia em Thompson (1992) e os conceitos de Memória de Halbwachs (2004) e Ricoeur (2007), para apresenta o Engenho do Miriri como espaço de pesquisa para as Ciências Humanas, que tem 28 min e 46 segundos.

Palavras-chave: História Local. Memória. Documentário.

ABSTRACT

This work aims to produce a documentary based on the Engenho do Miriri as a place of contribution to the history of the formation of Paraíba comprising the period 1951-1997. The historiographical analysis occurred through works published in Brazilian universities and books, which involved themes such as the work of slaves, the sugar ways and the construction of the Engenho do Miriri, such as the works of José Israel da Costa (1623), and the reports of Adrian van der Dussen (1639) and Elias Herckmans (1639). The methodology used was based on the gathering of several historiographic works that address fronts about the construction of the engenho, and thus we identified the threads that point to the place of its development and sugar production, starting from the works of Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins (2019), José Antônio Gonçalves de Mello (2004), Evaldo Cabral de Mello (2012), Josué de Castro (1969). The theoretical part was developed within what Diehl (2004), points out to be historical thinking based on three perspectives of interest: the content of experiences, the content of norms, and the content of senses. In the documentary we used Oral History as methodology in Thompson (1992) and the concepts of Memory by Halbwachs (2004) and Ricoeur (2007), to present the Miriri Mill as a research space for the Human Sciences, which has 28 min and 46 seconds.

Keywords: Local History. Memory. Documentary.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** – Mapa do século XVII (1698) da então Capitania da Parahyba, com o rio Paraíba ao centro. O mapa também apresenta o rio Miriri.....30
- FIGURA 2** – Alfredo Pereira Nascimento, assassinado em 15/03/1962, na Fazenda Miriri...40
- FIGURA 3** – Conflito na Fazenda Miriri. Ao chão: Alfredo Pereira Nascimento, Manoel da Silva ou “Capa de Aço” e outro não identificado.....41
- FIGURA 4** – Concentração camponesa pelo fim do cambão.....43
- FIGURA 5** – A prisão de um Capanga em Miriri.....44
- FIGURA 6** – Morador de Engenho: Edmilson Ferreira da Silva (2022).....53
- FIGURA 7** – Morador de Engenho: José Balbino do Nascimento (2022).....55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	14
2.1	Paraíba: o surgimento dos engenhos na colônia.....	23
2.2	O Engenho do Miriri.....	29
2.3	Memórias de tempos recentes: o engenho do Miriri.....	30
2.4	A reforma agrária no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC.....	49
3	DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	52
4	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	57
5	APLICAÇÃO DO PRODUTO	59
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

O autor deste trabalho cresceu ouvindo as histórias dos seus avós, memórias que falavam da luta pela terra, porém, também estava do lado daqueles que sofriam: os trabalhadores dos canaviais do engenho do Miriri, situado na Paraíba. Não somente pela perspectiva do grande latifundiário, do homem rico paraibano, o senhor do engenho dos dias atuais, aquele cujas terras ultrapassavam os dois lados do rio, como também pela ótica da camada dos subalternos.

A sensibilidade de aprender com o homem simples nos leva a perceber e assistir a dor daquele que está integrado ao trabalho no canavial, sem estudo, sem qualificação profissional, dependendo de um salário que muitas vezes, não permite suprir as necessidades básicas da vida urbana ou rural.

Foi assim que procurei conhecer o programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em Recife. As discussões sobre as mulheres e os homens escravizados – capturados do outro lado do Atlântico e trazidos para cá, sem direito algum, sem vida nem feição, jogados em lugares desconhecidos, vivendo ao relento, sofrendo e sendo violentados, tudo por causa da terra, do canavial – trouxeram a sensibilidade ao tema. A doçura que adoçava a boca do homem branco e a bebida que embebedava o senhor do engenho eram fruto do suor de mulheres e homens pretos, pardos, mulatos que moviam o engenho, e do indígena, capturado para o trabalho forçado.

Embora tenha havido um abrandamento na historiografia quanto à participação massiva de negros na construção da história do lugar (RESENDE, 2017), mais recentemente há outra, fortíssima, no tocante à Paraíba e à escravidão. Pesquisadores como Solange Pereira (2007), como produção utilizada neste texto, e Lucian Souza da Silva (2016), destacam que o movimento abolicionista no estado, então Província, foi gradual, em três momentos específicos. Respondendo ainda ao questionamento de poucas aparições do negro na cultura histórica¹ oitocentista, reafirmamos que a historiografia da escravidão no Brasil é forte. Desde a década de 1970², temos algo bem consolidado sobre a temática. Com isso, sabemos que não

¹ “Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do campo historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difusos através de impressos, audiovisuais e orais” (FLORES, 2007, p. 95).

² O trabalho cujo título é: “A historiografia brasileira da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição” de Roberto Manoel Andreoni Adolfo apresenta uma discussão sobre a historiografia

é verdade que foi somente o homem branco que construiu o território paraibano. Os indígenas formaram uma maioria nos primeiros momentos da colonização e da exploração da mão de obra escrava em terras além-mar, enquanto os negros suaram para construir a Paraíba.

Começamos a história às margens do rio Miriri e a construção do seu engenho de mesmo nome entre os séculos XVI e XVII, o que nos traz aos dias atuais. Nesse rio, encontramos menções em vários relatórios de importância para a produção história brasileira do caminho do açúcar, como os de Adrian *van der Dussen* (1639) e Elias Herckmans (1639), todos aqui utilizados para demonstrar sua relevância na construção da história da Paraíba.

Durante a escrita deste texto, recorreremos à historiografia do lugar chamado Paraíba para discorrer sobre as questões que envolveram a construção do Engenho do Miriri. Mencionamos os trabalhos de Evaldo Cabral de Mello (2012), os quais contextualizam trechos dos documentos mais importantes sobre a presença dos flamengos, no que hoje é o Nordeste, a obra complementa o livro anterior: “Olinda restaurada; guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654”, e constitui um instrumento valioso para o estudo da história socioeconômica do período.

Em “O bagaço da cana”, o autor analisa aspectos da atividade canavieira no que hodiernamente chamamos Nordeste, entre o início da colonização portuguesa e a definitiva retirada dos holandeses em 1645, e defende que, mesmo no momento da sua maior expansão durante os anos do governo Nassau (1637-1644), o cultivo açucareiro não chegou a alcançar o patamar da fase anterior a 1630. “O bagaço da cana” é fruto de uma pesquisa exaustiva baseada em documentações de origem flamenga e luso-brasileira, e uma obra essencial para entender o primeiro boom econômico do Brasil Colônia.

Guilherme Gomes da Silveira d’Avila (2019) em: “Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba”. Mostra a Ordem Beneditina que chegou nesta terra *Brasilis*, desde o final do século XVI, quando aportaram na Cidade do Salvador, Capitania da Bahia, em 1581. Daí, foram para São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1586; em seguida, para Olinda, em 1592, datando de 1595, a chegada à Filipeia de Nossa Senhora das Neves, “cabeça da Capitania da Paraíba”. Só, então, fazem pouso em São Paulo, no ano de 1598 (D’AVILA, 2019, p. 37).

Quanto ao relatório de Elias Herckmans (1639), enquanto diretor da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, o qual governou a capitania da Paraíba de 1636 a 1639, legou-nos um detalhado relatório sobre a capitania, intitulado: “Descrição Geral da Capitania

da Paraíba” (*Generale Beschrijvinge van de Capitania Paraíba*), datado de 1639. A sua primeira parte é dedicada à capital, a segunda aos engenhos do vale do rio Paraíba e a terceira aos costumes dos Tapuias. Posteriormente envolveu-se na expedição *neerlandesa* ao Chile, com o fim de determinar a localização das minas de ouro, estabelecer uma colônia em Valdivia, explorar a ilha de Santa Maria e fazer uma aliança com os indígenas. De volta ao Recife, Herckmans foi responsabilizado pelo fracasso da expedição onde, amargurado pelo fracasso e pelas acusações, veio a falecer (MELLO, 2004).

Partimos, em um primeiro momento, das doações de terras feitas pela Coroa Portuguesa aos beneditinos e utilizamos da História do Brasil Colonial, que nos permitiu descobrir que há vasta documentação nos mosteiros dessa ordem no Nordeste, mais especificamente em Pernambuco. Quanto a essa documentação, não vamos trabalhar com fontes primárias deste tipo – o tempo não permite a pesquisa dissertativa em questão – pois as citações dos Tomos dos Monges estão descritos em d’Avila (2019), o que contribuirá para fundamentar as questões que envolveram a construção do engenho.

Após esses dois primeiros séculos, temos na historiografia que vai do século XVIII ao XX, a negação da participação dos negros no desenvolvimento do território paraibano e na produção e participação dos engenhos açucareiros. Para reparar isso, autoras como Rocha (2007) elaboram um trabalho profundo de análise dos principais historiadores ligados ao período, que negavam as raízes negras na construção da identidade paraibana. A pesquisadora aponta os silêncios, os encobrimentos e as frestas da história dos trabalhadores negros escravizados do açúcar como matriz formadora da população da Paraíba.

Analisa os anos finais do século XX quanto às produções do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP – e as universidades de Pernambuco e da Paraíba, encontrando vasta produção sobre o tema e os silêncios consentidos. Com isso, tece profundas críticas aos principais pesquisadores do IHGP, Maximiano Lopes Machado (1821-1995), Irineu Joffily (1843-1901) e Horácio de Almeida (1896-1983)³.

Posteriormente, vasculhamos as obras e pesquisas na Paraíba da segunda metade do século XX, com o intuito de mostrar como a região se tornou um lugar de disputa entre as Ligas Camponesas⁴ do Nordeste do país. Assim, temos a obra de Josué de Castro (1969) e

³ Por iniciativa de um dos presidentes do IHGP, Luiz Hugo Guimarães (gestão 1998-2001), foi publicada uma coleção de “biografias sumárias”, com perfis dos “historiadores paraibanos”, entre os quais figuram Maximiano Machado (o “primeiro historiador paraibano”), Horácio de Almeida (o “historiador maior”) e Irineu Joffily (historiador).

⁴ A reação dos latifundiários ao trabalho da Liga foi violenta. Em 14 de março de 1961, foi assassinado Alfredo Nascimento, líder dos camponeses no engenho Miriri, pertencente aos Ribeiro Coutinho. Em 23 de dezembro daquele ano, Pedro Fazendeiro foi baleado num atentado – três anos depois, ele seria assassinado. Preocupada

Francisco de Assis Lemos de Souza (2008), e a pesquisa de Bernardete Wrublevski Aued (1986). Procuramos não silenciar as tramas locais, que envolveram até mesmo assassinatos e mortes trágicas, que mancharam a história do Brasil; não tendo qualquer doçura ao contar sobre o período infeliz, marcando com sangue as terras do engenho do Miriri.

Na história mais recente, apresentamos como o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) propôs a Reforma Agrária sobre as terras da fazenda Miriri, com base na decisão judicial que transitou no Supremo Tribunal Federal em 20 de junho de 1996. Não podemos negar que é praticamente impossível o exercício de analisar a história da própria família e não mexer tanto com a memória, mas a História é desconstruir e reconstruir tanto os momentos bons quanto os tristes que marcaram o tempo em que vivemos. Não podemos levantar a cabeça e silenciar a dor dos esquecidos, aqueles que não puderam contar sua história.

Dessa forma, o trabalho de cunho histórico tem como finalidade apresentar a Fazenda Miriri como lugar de pesquisa para as Ciências Humanas, pois, atualmente, há na fazenda antigas construções que marcaram a história dessa região, como o cemitério com apenas um único túmulo aparente e vestígios que indicam serem locais de sepultamentos, além de antigas construções que seriam do antigo Engenho do Miriri e as ruínas das construções que serão expostas também no documentário, por meio da utilização de fotografias antigas, documentos de atuais proprietários e gravações com antigos moradores do lugar, por meio de relatos orais a respeito do local.

Portanto, realizamos um levantamento histórico do engenho do Miriri trazendo novas possibilidades de pesquisa para aqueles que têm interesse em explorar a história daquele local. Os vestígios do passado, que contribuem para rememorar a história do povo paraibano, são disponibilizados pelo autor deste texto.

com as ameaças que os líderes recebiam, a esposa de João Pedro, Elizabeth, sugeriu ao marido que se mudassem da Paraíba. Ele respondeu: “Você e meus filhos podem ir; fico com os retratos, mas não me acovardo”. A cada crime cometido pelos latifundiários, os trabalhadores reagiam com denúncias e manifestações de protesto. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011, p. 83.

2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A compreensão da relação da história com a teoria é considerada nesta pesquisa com plausibilidade científica no quadro das Ciências Humanas, enquanto contempla uma matriz composta de, pelo menos, cinco elementos que a fundamentem como tal. Esses elementos da matriz (inspirados a partir da análise de Jörn Rüsen⁵) são: os interesses pelo conhecimento histórico; as perspectivas teóricas sobre o passado; a metodologia e as técnicas de pesquisa; as formas de representação do conhecimento, ou seja, as formas narrativas historiográficas e, finalmente, as funções didáticas da história (DIEHL, 2004).

Nesse sentido, apresentamos que o pensar histórico terá plausibilidade científica se o historiador conseguir argumentar com base em três perspectivas de interesse: “o teor das experiências, o teor das normas e o teor dos sentidos” (DIEHL 2004, p. 21). Para o autor cada uma dessas perspectivas teria um significado preciso:

[...] com o teor das experiências queremos dizer que o passado terá sentido a partir das orientações, dos problemas do nosso presente e da prática social atual, com o teor das normas quer-se dizer sobre a função que o conhecimento terá na atualidade e, finalmente, por teor dos sentidos denominamos o espaço sociocultural no qual o conhecimento é produzido (DIEHL, 2004, p. 22).

E nesse caso, o autor não observa de forma negativa a crise do pensamento histórico-historiográfico atual, mas como uma oportunidade para se avançar, e essa seria uma das justificativas para “[...] o significado e a importância de uma proposta de estudos na área de teorias da história” (DIEHL, 2004, 23).

No tocante à História Oral, realizamos entrevistas com os moradores do lugar do engenho do Miriri. Ressaltamos que a utilização da História Oral na pesquisa, exigiu especificidades em diálogo entre o pesquisador e o entrevistado. Para tanto, necessitou que fossem dadas compreensões de entendimento de que a pesquisa, somente torna-se possível mediante a vontade do pesquisador, que delimita o tema e seus entrevistados, expondo muito de si em seu trabalho.

Desta maneira, destacamos o exemplo de que nenhum entrevistado ao narrar sua história, não tenha calculado o que está narrativa pode trazer de consequências para si, tanto de forma negativa, ao sentido de atingir outras pessoas; como positiva, afetando qualitativamente outros. Para isso, analisamos que dentro dos depoimentos fossem possíveis

⁵ A relevância dos trabalhos de Rüsen consiste na articulação entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar com base na realidade da pesquisa científica.

identificar e saber, se estávamos adentrando em questões de natureza privada, as quais são ainda delicadas aos entrevistados (como as memórias que envolvem morte de entes queridos).

A História Oral é defendida como metodologia nesta pesquisa, voltando-se à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber. Sendo assim, “[...] a razão narrativa desemboca no saber contar um fato real ou imaginário, despertando no ouvinte o desejo de significar experiências vividas, que não retornam mais.” (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 30).

Para tanto, por ser uma experiência, a História Oral compartilhou o registro das lembranças, transformando a narrativa em processo compartilhado que incluiu em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar, e disponibilidade para escutar. Acredita-se que essa é a composição da dinâmica de um processo único e essencial à vida humana, pois, não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado.

Além disso, quando analisamos as memórias dos entrevistados, tivemos que recorrer a Ricoeur (2007), em seus estudos sobre a memória, sendo que este destaca o potencial, e não só as limitações, da seletividade da memória e do esquecimento, apontando que: “[...] o avesso de sombra da região iluminada da memória que nos liga ao que se passou antes que os transformássemos em memória” (RICOEUR, 2007, p. 40). Assim, essa sombra opera, por exemplo, de acordo com o que Ricoeur (2007) esclarece a face de eventos traumáticos que geram o recalque, ou aos mecanismos de defesa nos quais tais informações estão inacessíveis ao consciente, e que passa a preencher tal lacuna com atos repetitivos (compulsões), sendo memórias impedidas.

Para tanto, no campo prático, considerando o indivíduo em seus grupos, o autor demonstra, também, a memória manipulada, onde haveria os abusos de memórias e os abusos de esquecimento que se devem “[...] à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala na reivindicação de identidade e as expressões públicas de memória” (RICOEUR, 2007, p. 95), coerções provenientes de embates ideológicos entre os sujeitos.

E, por fim, estabelece a memória obrigada, que seriam esquecimentos produzidos ao nível institucional “[...] cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar: trata-se principalmente da anistia” (RICOEUR, 2007, p. 459), onde tais esquecimentos são produzidos pelo Estado.

Já com base na historiografia que trata das questões que envolvem a temática dos engenhos no atual Nordeste brasileiro, mostramos a participação de homens e mulheres

escravizados nessa maquinaria. Abordamos como foi construída a economia açucareira na exploração da mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores negros e indígenas escravizados.

Retornamos ao período da história do Brasil Colônia, dando ênfase às questões que envolveram o açúcar. Posteriormente, apontamos a ausência da escrita sobre a participação dos trabalhadores negros escravizados na construção da história da Paraíba, posição que foi negado na historiografia a partir da década de 1970. Por último, aproximando do tempo presente, discutimos o envolvimento das Ligas Camponesas para tratar das terras, que atualmente pertencem aos proprietários do engenho do Miriri.

Utilizamos da própria historiografia do engenho de açúcar com base em diversos autores. Extraímos nessas histórias fragmentos que comprovam a existência do Engenho do Miriri como fonte atual de pesquisa. Apontamos a importância de sua construção às margens do rio Miriri, a partir do século XVI, e sua contribuição como “rio do açúcar”. Com isso, é possível descortinar a maquinaria do engenho e seu processo de produção açucareira, tendo sua contribuição na formação da identidade do povo paraibano. Para, além disso, é possível identificar a localização dessas terras, suas doações, os primeiros donos e exploradores e como se deu o funcionamento e os usos das mãos de obra utilizadas e sua importância para os europeus que o avistavam.

Sendo assim, encontramos na história de autores como Mello (2012) e d’Avila (2019), e nos relatos de Van der Dussen (1639), Elias Herckmans (1639), o fazer aquilo que para Certeau (2002) é a historiografia, um recurso aos conceitos e à retórica, pois necessariamente preenche lacunas e atribuem sentidos específicos ao passado, conferindo-lhe inteligibilidade para os que vivem no presente.

Assim, avançamos naquilo em que os historiadores começam a se interessar, o tempo presente, e insistir na contiguidade da relação presente-passado-futuro, que não deveria ser cindida ou dicotomizada – nem o passado em relação ao presente, nem este em relação ao futuro. Com isso, forjamos a amálgama, indicando o modo como as permanências ou a duração conservam pontes que ligam o vivido ao que se está vivendo – passado e presente se relacionando contínua e reciprocamente.

Conforme Marc Bloch (1998)⁶, o passado explica o presente, visto não ser este completamente distinto ou apartado daquele. Já o presente estaria enraizado no passado, de modo que a temporalidade é sempre complexa. A partir desse passeio na e pela história do lugar, é possível apresentar o documentário sobre antigos e atuais moradores da região do

⁶ Principalmente quando afirma que a finalidade da história é compreender, e não explicar o passado (BLOCH, 1998).

Engenho do Miriri, que fizeram e fazem parte da história da região, lembrando de sua importância para a história da Paraíba, com suas contradições e crises, além das diversas possibilidades de pesquisa, não sendo um tema esgotado para os pesquisadores das Ciências Humanas, afinal é esta a ideia central da pesquisa.

Desde 1519, registrou-se a presença de açúcar brasileiro nos mercados europeus. Cobiçado pelas outras potências, durante a invasão holandesa, a Companhia das Índias Ocidentais, trouxe para assumir o governo, o Conde João Maurício de Nassau em 1637. Este havia sido nomeado por unanimidade de votos, devido à experiência militar que teve na Europa, sob a orientação do príncipe de Orange, impulsionando sua produção (BARLÉU, 2018, p. 77).

Na medida da transformação desse produto de luxo em bem de primeira necessidade, o consumo mundial passou de 250.000 toneladas em 1800 para 3, 8 milhões em 1880, depois para 30 milhões no fim da Segunda Guerra Mundial e por volta de 100 milhões em 1985 (MINTZ, 2003). A estratégica política de Nassau, portanto, permitiu a delimitação dos rumos da colonização holandesa em território brasileiro (UZUN, 2014).

Na antiga capitania de Pernambuco (que incluía seis estados do atual Nordeste do Brasil) foi colocado em prática um projeto de colonização agrícola, com o plantio de cana-de-açúcar e a montagem dos engenhos. Além disso, foi possível estabelecer acordos no Velho Continente para escoar a produção do açúcar e ao mesmo tempo obter recursos para o financiamento dos engenhos, muitas vezes com cristãos-novos. A capitania também era fonte de tabaco e algodão, produtos tropicais valorizados na Europa (SILVA, 1990), ao que Ferlini (2003), acrescentando ao período, traz a ideia de manter na colonização do Brasil as pequenas propriedades como suporte a máquina empreendedora dos engenhos, o que não deveria impedir a pequena propriedade em si, mas afastá-la de qualquer desvinculação de seu processo produtivo hegemônico dos tentáculos do capital mercantil.

O Brasil Colonial demonstra um pouco da construção da história dos primeiros séculos da colônia portuguesa, e assim, adentramos a história do engenho do Miriri na Capitania da Paraíba, terras que anteriormente pertenciam a Pernambuco, bem como, ao poder eclesiástico dos beneditinos.

Na parte em que abordamos a época da historiografia oitocentista da Paraíba, uma questão tem sido observada com muita atenção: a especificidade da escravidão na Paraíba, que envolveu uma baixa representatividade de africanas e africanos escravizados e expressiva presença de mestiços, especialmente os pardos, na condição cativa, de modo que se avalia a hipótese da reprodução endógena como estratégia senhorial para a manutenção do cativeiro na

província da Paraíba. A hipótese sobre essa reprodução foi desenvolvida por Solange P. Rocha (2007) e Luciano Mendonça Lima (2009), que pesquisaram, respectivamente, áreas do litoral e do agreste paraibano.

Rocha (2007) apresenta um estudo com o objetivo de compreender como mulheres e homens negros (não escravizadas e não escravizados) estabeleceram seus arranjos familiares e as estratégias elaboradas para (re)construírem os vínculos parentais em três freguesias⁷ do litoral da Paraíba oitocentista (ou século XIX). Além disso, a pesquisa tem outro objetivo, desvelar novas imagens de mulheres e homens escravizados que recusaram a subordinação e construíram diferentes estratégias de luta para conquista da liberdade e/ou para refazer laços familiares. Avançando na pesquisa, identificamos que se baseiam, sobretudo nas fontes paroquiais do século XIX, na documentação produzida pelos órgãos administrativos oficiais oriundos da administração colonial e imperial, jornais, cartas de alforria, testamentos, inventários.

Nesse sentido, o estudo, pretendeu colaborar não só com a história da escravidão, explorando as múltiplas e complexas experiências de mulheres e homens escravizados, mas também ampliar o conhecimento sobre a população negra não escravizada, desvelando a diversidade de ser negro nas três freguesias e contribuir com a formação da identidade do povo brasileiro.

Lima (2009), em sua pesquisa, procura entender a dinâmica da escravidão em um município periférico no contexto do Império brasileiro, priorizando o processo de formação de uma cultura de resistência escrava ao longo do século XIX. Situado na Serra da Borborema, agreste paraibano, o município de Campina Grande teve na instituição do cativeiro de trabalhadoras africanas e trabalhadores africanos, e seus descendentes uma de suas características mais marcantes, não obstante o silêncio estabelecido pela maior parte dos autores que trataram do assunto.

Partindo do questionamento dessa lacuna histórica e ideológica, visamos reconstituir tópicos tais como o ambiente social, econômico e político em que os cativos campinenses construíram a sua experiência; os traços demográficos da escravidão em âmbito local, com especial destaque para o precoce “crioulização” de sua escravaria; o processo de trabalho em sua dimensão cotidiana; a importância do parentesco “consanguíneo” e espiritual no processo de formação de uma comunidade escravizada por interesses; as variadas estratégias de lutas

⁷ Freguesia de Nossa Senhora das Neves (atual capital da Paraíba, João Pessoa); Freguesia de Nossa Senhora do Livramento (Atual Distrito de Livramento situado na Zona Rural do município de Santa Rita) e Freguesia de São Pedro e São Paulo (atual cidade de Mamanguape).

da escravaria local por dignidade e liberdade, expressas na criminalidade, no movimento de fugas e nos embates jurídicos com seus senhores, que foram atos propiciadores de um substrato político e cultural fundamental para a construção de uma identidade escrava forjada no tempo.

Já o pesquisador Lucian Souza da Silva (2021) analisa o processo de esfacelamento da escravidão na Província da Paraíba do Norte entre os anos de 1877 e 1888. Assim, parte dos caminhos e das possibilidades teórico-metodológicas da História Social da Escravidão, munido de um diversificado *corpus* documental, para analisar os diferentes grupos sociais e eventos históricos que culminaram na assinatura da Lei Áurea, usando um recorte temporal que se prolonga do início da seca em 1877, a 13 de maio de 1888, período final do esmagamento da “Hidra” da escravidão no Brasil.

Além disso, ainda de acordo com Silva (2012), a resistência dos escravizados foi responsável pelo fim do escravismo. Contudo, na fase de finalização, o autor aponta como a resistência contou com o auxílio de abolicionistas de diferentes cores, gêneros e condições jurídicas, que atuaram para romper as amarras do trabalho forçado. Assim, investigamos os aspectos econômicos e demográficos, bem como a situação de crise vivenciada pela estiagem prolongada entre 1877 e 1879 e as demandas da elite para entender às especificidades da província nas duas últimas décadas da escravidão.

A atuação das pessoas escravizadas foi destacada por meio da trajetória da africana Joana e de sua luta por liberdade para si e sua família. Através dela, aprendemos que, mesmo com a ampliação das perspectivas de liberdade, o protagonismo dos cativos podia ser malgrado pelo enraizamento da escravidão que ainda vigorava. As ideias e os projetos políticos defendidos em torno da libertação dos sexagenários e as ondas de alforrias particulares revelaram o esforço da elite senhorial em prolongar os vínculos escravistas, ao passo que o escravismo ruía. O 13 de Maio foi festejado e a liberdade jurídica, reconhecida. Todavia, o aferro à propriedade de trabalhadores negros escravizados, mesmo sem dela depender, marcou esse processo na Paraíba do Norte.

É importante ressaltarmos ainda, que na representação da representação da pessoa preta/negra negro na literatura, tendo como foco a obra “Menino de engenho”⁸, de José Lins do Rego, as condições das pessoas negras na sociedade pós-abolição e as formas de tratamento que lhe fora concedida. Assim, atentando para as práticas de resistência

⁸ Para mais informações consultar o trabalho: (CHAGAS, Waldeci Ferreira; NASCIMENTO, Damião Cavalcante do. A representação das pessoas negras em “Menino do Engenho”. **Caderno Imbondeiro**. João Pessoa, V.2, n.1, 2012, p. 1-8. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/13849/8817>. Acesso em: 26 de Ago. de 2022).

desencadeadas nas relações estabelecidas entre patrão e subalterno - surge uma figura genuína do engenho, o agregado - visto que mesmo livre as pessoas negras não foram inseridas no mercado de trabalho como mão-de-obra assalariada, mas permaneceram no engenho na condição de agregadas.

Todavia, a inserção de pretos na sociedade pós-abolição se deu de forma lenta, porém, sempre gradual e segura. Desta feita, elas buscaram mecanismos para se inserir socialmente e somente em raríssimos momentos foram reconhecidos pelos pesquisadores. Por isso, nos reportamos à sociedade brasileira do início do século XX, em especial a Paraíba. Para atentarmos para as tramas narradas por José Lins do Rego, desde o momento em que o menino Carlinhos foi para o engenho do seu avô até a sua saída para o colégio interno em Itabaiana. Na trajetória de vida do “menino de engenho” é pertinente as formas de contato dele com as pessoas do engenho, em especial as negras e como se procederam tais contatos. Além disso, cabe mostrar que nesse ínterim apresentam-se as condições delas, o valor que possuíam no espaço rural onde a produção açucareira não era mais a principal atividade.

De certo modo, (REGO, 1932), no romance “Menino de engenho” constrói a representação de uma época, dos fatos e dos personagens neles envolvidos, e assim possibilita ao (a) leitor (a) conhecer o Brasil rural e a condição das pessoas negras na sociedade pós-abolição.

A chegada ao engenho significou para o menino Carlinhos a abertura de um mundo novo, sobretudo, porque fora criado na cidade até os cinco anos de idade, e não conhecia a vida no campo. De imediato quando chegou ao engenho Santa Rosa (podemos pensar o Miriri), a primeira reação de Carlinhos foi brincar com os moleques, pois encontrara a sua frente um mundo que desconhecia. Nas brincadeiras com os moleques começou a notar as “diferenças” entre ele, o neto do Senhor de engenho e as demais crianças que ali viviam, ou a diferença do menino branco em relação aos meninos negros.

A vivência no engenho e o contato que manteve com os adultos e as crianças negras possibilitaram a Carlinhos (REGO, 1932) “revisitar” homens, mulheres e crianças negras. Pois todos continuaram morando e trabalhando no engenho. Assim os meninos com quem Carlinhos passou a conviver trabalhavam, faziam alguma atividade rentável e importante à manutenção do engenho, quer fosse às atividades agrícolas, quer as que envolviam o cuidado com o gado bovino, a exemplo de carregar o leite tirado das vacas.

No desenrolar da narrativa, (REGO, 1932) mostra que o cotidiano do engenho, foi transformado com a movimentação das máquinas. Esse processo ocorreu após a escravidão, e foi decorrente da industrialização que atingiu o mundo rural. O engenho a vapor. Quando

Carlinhos chegou ao engenho à moagem já estava no fim, pois só restavam poucos fechos de cana para serem moídos. Mesmo assim entrara em contato com o mundo do trabalho das pessoas negras, visto que o seu tio o levava para ver como era que se trabalhava na produção do açúcar, conforme exposto no trecho abaixo:

[...] Ficava a fábrica bem perto da casa-grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostavam tanto das máquinas. Minha atenção inteira foi para o mecanismo do engenho. Não reparei mais em nada. Voltei-me inteiro para a máquina para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar (REGO, 1932, p. 13).

O universo das crianças negras estava permeado pelo trabalho, uma vez que nas máquinas (inglesas) elas eram presenças constantes. Embora o autor demonstre fascínio pelo mecanismo de funcionamento do engenho, não entendia porque as crianças negras se preocupavam mais com as máquinas. Elas eram partes do universo de tais crianças. De certo modo, (REGO, 1932) deixa a entender que as pessoas negras foram submissas e aceitaram com resignação tudo que lhe fora imposto. Visto que mesmo brincando as crianças negras não se desligavam das máquinas, ou seja, alguma atividade elas teriam que cumprir na hora em que as máquinas parassem. Será que as crianças negras não desobedeciam às ordens que lhes eram impostas? A história das pessoas negras no Brasil tem revelado que mesmo na época da escravidão, homens negros e mulheres negras não foram submissos, muito menos da forma como (REGO, 1932) nos mostra. As pessoas negras sabiam muito bem como fazer para viver em tais condições, é evidente que toda aquela gente que vivia no engenho precisava dessa instituição para a sua sobrevivência. Mas isso não significava submissão total. Alguém deve ter quebrado a ordem instituída pelo coronel José Paulino.

No entanto, esse autor se reporta as personagens negras como se eles tivessem sido totalmente submissos e tal submissão decorrente da condição de flagelos a que foram relegados após a abolição da escravidão. Pois passaram a vagar de engenho a engenho em busca de sobrevivência. O trecho abaixo evidencia essa condição:

O engenho e a casa de farinha repletos de flagelados. Era a população das margens do rio, arrasada, morta de fome, se não fossem o bacalhau e a farinha seca da fazenda. [...] gente esfarrapada, com meninos amarelos e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles – mas uma gente com quem se podia contar na certa para o trabalho mais duro e a dedicação mais canina (REGO, 1932, p. 28).

Para as pessoas negras abolidas do cativeiro, mas arrasadas pelas intempéries das chuvas e das cheias do Rio Paraíba, só lhes restavam o trabalho. Esse lhe era imposto como condição a pagar o pedaço de bacalhau e a cuia de farinha que recebera do velho senhor de engenho. Ao longo da trama (REGO, 1932) coloca a diferente condição em que viviam as pessoas brancas e as negras; os brancos, grupo do qual o narrador é parte gozava de direito e dispunha da terra como bem, o que lhe rendia prestígio social e político. Enquanto as pessoas negras que trabalhavam no engenho eram consideradas e tratadas como simples animais, ou seja, estavam para servir aos brancos que os acolheram após a abolição da escravidão. Essa situação também está evidenciada no momento em que (REGO, 1932) narra a ida de Carlinhos à escola. Sempre que o professor lhe perguntava algo e esse não respondia, havia um “negrinho” que era castigado em seu lugar, ou seja, que pagava pelo erro do outro. Era o “negrinho” que levava a palmatória e nunca o neto do coronel, do senhor de engenho. Apesar de as pessoas negras serem livres, a sociedade não as via como cidadãos e se sentia no direito de maltratá-las ou explorá-las a seu dispor.

Após analisarmos a obra literária *Menino de Engenho*, queremos que seja vinculada sua relação ao engenho do Miriri - no qual certamente foi utilizada a mão de obra cativa, nódoa muito comum dos engenhos daquela época -. Já na perspectiva da sociedade presente, com o conceito de doçura e morte, para então inserirmos ao texto as lutas camponesas. Tal como mencionaria Certeau (2002), procuramos não negar os ocorridos do engenho do Miriri, ou seja, “o não-dito é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tomaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz [...]”(CERTEAU, 2002, p. 76).

Pedro Moreno Gondim, que governou o Estado da Paraíba entre os anos de 1958-1960 (interinamente na condição de vice-governador do Estado, em razão do afastamento para tratamento de saúde do governador que havia sido de fato e de direito eleito, pelo sufrágio popular nas eleições de 1956, o governador e médico Flávio Ribeiro Coutinho) e 1961-1966, e como deputado federal de 1967 a 1969, afirma:

[...], Gondim em uma entrevista a um programa de televisão, afirmou que considerava as Ligas Camponesas um fenômeno natural decorrente de uma luta entre o legal e o justo: O legal ao lado dos proprietários de terras amparados pela; o justo no que reivindicam os camponeses. Resta o Congresso dar o legal ao justo (A UNIÃO, 1962, p. 3).

Dessa forma, apresentamos a luta do homem do campo, que se contrapôs aos proprietários de terras, reivindicando direitos e buscando melhorias de vida. Na parte final do trabalho, desenvolvemos um minidocumentário, que mostra o local na atualidade; para isso,

criamos um roteiro de produção, que servirá como fonte para situar os novos pesquisadores sobre a importância do açúcar na fundação da capitania da Paraíba e na construção de sua economia, do trabalho dos escravizados africanos e indígenas e as condições atuais do Engenho do Miriri.

2.1 Paraíba: o surgimento dos engenhos na colônia

A construção histórica que resultou na ocupação do rio Paraíba⁹ na Colônia portuguesa na América como açucareiro e a edificação de engenhos¹⁰ foram iniciadas em 1585, aproximadamente, quando os portugueses consolidaram uma posição próxima à foz do rio. Ali, deram-se os primeiros passos da ocupação canavieira, resultando na instalação de vinte unidades produtivas até o ano de 1618. Situa-se, então, à área produtora de cana (a várzea), começando as instalações de equipamentos da administração, tendo a defesa e o comércio na cidade da Paraíba e o estuário do rio como estratégicos (GONÇALVES, 2007).

No entanto, tal ocupação se deu quando, por receio de perder as posses além-mar, e diante das constantes ameaças por diversos corsários da época, a Coroa Portuguesa foi forçada a empreender e acelerar o processo de apropriação das terras cobiçadas. Sendo assim, o rei de Portugal, D. João III, resolveu principiar a fundação daqueles territórios, do contrário perdê-los-ia para os franceses e outros estrangeiros que traficavam por aqui. No decorrer de 1530 a 1548, a Coroa considerou vários modelos diferentes para colonizar as novas terras.

No modelo primário que ganhou a designação de monopólio régio (1530-1533), Portugal esforçou-se com expedientes próprios para assegurar o negócio, mas sem obter sucesso; depois, colocou em prática, em 1534, o segundo modelo, que foi a exclusividade particular, o que vigorou por 14 anos (1534-1548). Nesse esquema, o governo recorreu à iniciativa de particulares para começar a colonização. Por fim, em 1548, os portugueses optaram pelo sistema misto, ou seja, doação de capitanias hereditárias, geralmente para pessoas de posses e capitais reais, sendo a própria Coroa a bancar, em parte, a colonização, como no caso específico da Paraíba, criada em 1574 como Capitania Real (SANTOS; SILVA, 2010, p. 63).

⁹ O rio Paraíba fora batizado de São Domingos, em 1506, quando uma armada portuguesa passou pela costa, na qual se formou a Paraíba (MACHADO, 1977; PINTO, 1977).

¹⁰ O rio nasce no atual município de Monteiro, localizado numa região de escassas precipitações pluviométricas. Já no baixo Paraíba, ou seja, na faixa mais úmida do litoral, formaram-se os engenhos de açúcar da Paraíba. No fim do Seiscentos, estavam edificadas ali cerca de quarenta engenhos/fábricas, conforme assinalou Andrade (1997).

É importante ressaltarmos que, quanto à efetivação dessas ocupações por meio de sesmarias e suas delimitações como capitânicas hereditárias,¹¹ estas foram asseguradas às margens dos rios de pequeno e médio porte, estratégia decisiva do século XVI em diante. Assim, nessas margens se desenvolvem o cultivo de canaviais, dos engenhos de açúcar e das casas-grandes, bem como a agricultura e a pecuária de subsistência, permitindo, dessa maneira, o enraizamento do povoamento nas terras coloniais. Nesse sentido, desde meados do século XVI, já havia um sistema de *plantation*¹² no Brasil: “[...] eram como sociedades paralelas que possuíam suas próprias ‘leis’; seus próprios costumes; sua própria moeda; sua própria moralidade; e até sua própria linguagem” (FERREIRA FILHO, 2016, p. 17). Por exemplo, na década de 1580, Pernambuco tinha mais de sessenta engenhos fabricando açúcar para o mercado europeu, e nos últimos decênios do século a província tinha fortes ligações com o mercado da Antuérpia. Foi exatamente nessa década que se fundou a Capitania Real da Paraíba, iniciando-se o processo de conquista dessa região¹³.

Alguns historiadores apontam que o sistema é geralmente tratado como uma instituição, ou parte de uma estrutura mais ou menos estática, de origens remotas no mar Mediterrâneo oriental do século XIV, depois desenvolvida de novo nas ilhas atlânticas nos séculos XV e XVI, e finalmente estendida a região que hoje compreende o Nordeste do Brasil e às Antilhas nos séculos XVII e XVIII – seria, assim, um complexo de: trabalhadores e trabalhadoras; engenhos e, cana-de-açúcar, que mudava de lugar e aumentava suas dimensões quantitativas, mas cuja natureza não se alterava. Há numerosas interpretações da chamada origem dessa economia atlântica, de natureza estável e não histórica, entre elas algumas de historiadores conhecidos (MILLER, 1997).

Seguindo o caminho da cana-de-açúcar no Brasil, encontramos em Gilberto Freyre (2008) uma vasta lista dos principais rios que contribuíram sem irregularidades e transbordamentos nas plantações, permitindo fundamentar as organizações da economia açucareira e da sociedade agrária no período colonial. Entre tais, cita os rios: “[...] Mamanguape, Unna, Pitanga, Parnamirim, Serinhaém, Iguazu, Cotindiba, Pirapama, Ipojuca, Mundaú e Paraíba” (FREYRE, 2008, p. 88), que, no caso em questão, vinculará ao que

¹¹ A apropriação da terra brasileira pelos portugueses a partir de 1534 reportou-se à tradição medieval de sesmaria através das donatárias e capitânicas hereditárias. O solo era distribuído gratuitamente somente àqueles que possuíam condições de aproveitá-lo e de pagar o dízimo ou as ordens religiosas, ou aos amigos do Rei ou a funcionários da Câmara. Vale lembrar que as terras eram doadas apenas a cristãos (FRIDMAN, 1999).

¹² O *plantation* consistia principalmente na produção de produtos tropicais em latifúndios monocultores para o mercado externo, utilizando para isso força de trabalho escrava indígena.

¹³ A Paraíba, então, estava inserida no contexto da economia de exportação. Sua colonização foi realizada por portugueses que haviam se estabelecido em Olinda (Pernambuco), desde 1535, e que vinham explorando madeiras na costa do que se tornou a Capitania da Paraíba a partir de 1585 (OLIVEIRA, 2015).

estamos pesquisando – a bacia hidrográfica do rio Miriri¹⁴ como local da construção do Engenho do Miriri, em que restam no antigo local sobreposições de construções, cemitérios e alguns aspectos de benfeitorias realizadas no passado.

Dessa maneira, a cultura da cana-de-açúcar no Brasil tornou-se a principal moeda do comércio após os períodos de esgotamento das explorações do pau-brasil no início da Colônia. Entretanto, não eram todos os lugares que obtinham êxito nesse cultivo, pois dependia principalmente das questões climáticas e dos tipos específicos de solo. Assim, as regiões de Pernambuco e da Bahia, além de São Vicente, tornaram-se as principais capitânicas, com vasta produção voltada para a exportação ao comércio europeu, sendo totalmente dependente da utilização da mão de obra escravizada.

Ao contrário da suposição de muitos estudos de que a escravidão, por não gerar renda para os consumidores (como ocorre com os trabalhadores livres), não se encaixaria num cenário com mercado interno, não é o que se verifica na região baiana. Foi com o intuito de reproduzir o trabalho escravo em suas propriedades que grandes senhores, médios e pequenos proprietários passaram a produzir para alimentação local. Importante destacar que, quando da decadência do comércio açucareiro, o comércio de mandioca continuou a funcionar; E, mais do que estar exposto, às flutuações internacionais, via-se o açúcar diretamente ligado aos períodos chuvosos e de seca. Ao contrário do que afirma a escola paulista.

Sendo assim, Barickman (2003) propõe-se a compreender a economia agrícola do Recôncavo Baiano do final do século XVII, até a década de 1860, discorrendo que o fim do tráfico negreiro a colocava em vias de transformação. Num esforço impressionante (são cerca de mil inventários compulsados, “censos”, registros de terras, entre outros documentos), vai além da produção açucareira e dedica-se ao estudo da plantação e do beneficiamento do tabaco e da lavoura da mandioca. O autor é inspirado pelo livro do historiador cubano Fernando Ortiz (*Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, de 1940), que procura confrontar as diversas dimensões da agricultura escravista de exportação com o desenvolvimento de setores internos de abastecimento. Nesse contraste entre o açúcar e o tabaco, pensados por Ortiz, o autor acrescenta a produção da farinha de mandioca – espécie de

¹⁴ A bacia hidrográfica do Rio Miriri localiza-se entre as latitudes 6°50' e 7°00' sul e longitudes 34°50' e 35°20' a oeste de Greenwich, ao sul do baixo curso do rio Mamanguape. Limita-se a oeste com as bacias deste e do rio Paraíba, ao sul com a bacia do Paraíba e a leste com o oceano Atlântico. O Miriri nasce em áreas de transição, entre a depressão sub-litorânea e os terrenos dos baixos planaltos costeiros. Sua extensão é de aproximadamente 58,7 km e atinge em torno de 37.207 hectares de área superficial, e um manguezal com aproximadamente 285 hectares. Seus principais usos são para abastecimento humano e animal, irrigação e pesca (OLIVEIRA, 2003; CERHPB, 2004).

pão da terra, alimento que sustentou, nos séculos de colonização, gerações de trabalhadoras e trabalhadores, tanto escravizados, quanto mulheres e homens libertos.

No caso do engenho do Miriri, encontrou-se o piso de uma casa de farinha em anexo as ruínas do edifício (moita) do antigo engenho. Ademais, na entrevista sustentada pelo morador do engenho, senhor José Balbino do Nascimento¹⁵, este relata a dinâmica de produção do engenho, bem como, da casa de farinha, “meu pai fez muita farinha aqui!”.

Explorando as descrições da colônia deixadas por observadores no Brasil, Barickman (2003) também traça o crescimento da indústria açucareira entre os anos de 1570 e 1630, indicando diferenças em determinados períodos, mas destacando o permanente aumento do número de engenhos no país. Durante esse período, ou seja, na segunda metade do século XVI (1570 a 1585), teria ocorrido um rápido crescimento, resultado da contínua elevação dos preços, especificamente do açúcar no mercado europeu, e da disponibilidade de capital para investimento no Brasil, assim como o estabelecimento de um tráfico regular de escravizados de Angola e Guiné para o Brasil (SCHWARTZ, 2004).

Já no período seguinte, entre meados da década de 1580 e 1612, houve uma redução do crescimento nas principais capitanias produtoras do açúcar. No entanto, a expansão dos engenhos voltou a acelerar no período posterior a 1612, tendo sido estimulada por uma inovação tecnológica: o sistema de três rolos verticais, um novo método de construção. A inovação teria reduzido à complexidade da produção do açúcar. O ano de 1630, assim, marcou o apogeu do regime de engenho. Mesmo que a expansão tivesse prosseguido nos anos seguintes, nunca mais os agricultores brasileiros estariam livres da competição estrangeira nem o açúcar voltaria a ter a mesma hegemonia nos mercados do Atlântico. Calculava-se haver, à época, em torno de 350 engenhos operando no país (SCHWARTZ, 2004).

Conforme demonstrado, a exploração da cana em terras brasileiras estava a todo vapor nos primeiros séculos de ocupação portuguesa. Queremos, agora, evidenciar a unidade produtiva: o próprio engenho. Para tanto, de forma descritiva, este pode ser compreendido como o estabelecimento em que o açúcar era produzido. Era composto, então, da moenda, espaço em que a cana era esmagada e de onde se extraía o caldo. Também havia os demais equipamentos necessários à fabricação do açúcar, como os tachos, as caldeiras, as escumadeiras e as fornalhas, todos necessários ao cozimento do caldo, bem como as formas e demais acessórios da casa de purgar, onde o açúcar era seco e embranquecido ao longo de vários dias (CASTRO, 1977).

¹⁵ NASCIMENTO, José. Documentário: Doçura e Morte em 08 de jun. 2022. [Entrevista concedida a] Pedro Jorge Coutinho Guerra.

É preciso considerar também as matas para a produção do açúcar, relevantes para a obtenção de lenha, responsável por alimentar as fornalhas, bem como o próprio canavial, os currais e demais culturas auxiliares à manutenção do engenho. Por fim, os aparelhos destinados a tratar os subprodutos da cana – fabricação de aguardente – também contam nessa denominação genérica. Essa fábrica transformava a cana em açúcar por meio de um longo processo, que se constitui de sete grandes etapas, subdivididas em diversas outras pequenas operações. Em muitas delas, exigiam-se trabalhadores especializados, que, naturalmente, eram escravizados – apesar de o engenho empregar também trabalhadores livres e assalariados (SCHWARTZ, 1988).

Como já dito, para colocar em funcionamento essa verdadeira indústria, havia a necessidade de vários tipos de ofício e trabalhadores. Antonil (1711) dá uma pequena ideia da quantidade de ocupações de um engenho:

Servem ao senhor de engenho em vários officios, além dos escravos de enchada, e fouce, que tem nas fazendas, e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa ou ocupados em outras partes; barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente hum mestre de açúcar, hum banqueiro, e hum contra-banqueiro, hum purgador, hum caixeiro no engenho, e outro na cidade, feitores nos partidos, e nas roças, hum feitor mor do engenho: e para o espiritual, hum sacerdote seu capellão; e cada qual des officiaes tem soldada (ANTONIL, 1711, p. 7-8).

Havia um complexo processo para produzir o açúcar nesses engenhos, que serão descritos a seguir¹⁶:

Inicialmente, eram feitas a limpeza e a preparação da cana a ser moída no engenho; em seguida, vinha à moagem, processo este que compreende duas passagens – primeiro da cana, depois o bagaço – pela moenda, visando à maior extração possível de caldo; na sequência, era feito o armazenamento do caldo, extraído no processo de moagem, em um equipamento chamado parol¹⁷, que empregava apenas um trabalhador, já que o caldo era conduzido à cozinha, muitas vezes, por efeito da gravidade.

¹⁶ A elaboração dessa descrição está no trabalho: *Escravidão e engenho(s): um estudo do processo de trabalho e de sua (re)organização*, de Marcos Marinho – Mestrando pelo PPGHIS – UFRJ. Utilizamos a referência de “engenho colonial” para as unidades produtivas que operavam mediante tração animal ou por meio de rodas d’água. O engenho semimecanizado, muito comum no Brasil oitocentista, apesar da forma “colonial” ainda predominar, não está referenciado nessa denominação. Disponível em: <https://url.gratis/4Jioz7>. Acesso em: 22 de abr. 2022.

¹⁷ Nos engenhos de açúcar, cocho de madeira que serve como recipiente para receber o caldo da cana saído da moenda.

Posteriormente, vinham outras etapas menores, de cozimento e purificação do caldo da cana, como limpeza do caldo cru; evaporação do caldo anteriormente limpo; purificação do caldo anteriormente evaporado – o processo de evaporação deixa as impurezas bastante visíveis, o que permitia aos escravizados sua retirada com o uso das escumadeiras; o cozimento do caldo anteriormente purificado, até adquirir uma consistência adequada – toda essa etapa da cozinha, apesar de efetivamente desempenhada por trabalhadores escravizados, era gerenciada por mestres de açúcar, profissionais especializados nessa alquimia que transformava o caldo da cana no açúcar cristalizado; e a condução do xarope da cana até a casa de purgar.

Mais à frente, vinha à cristalização do açúcar, que é mais simples, mas não menos dividida, pois são oito pequenos processos para que o açúcar adquira seu aspecto tão conhecido. Tais etapas consistem no seguinte: batedura e repartição da massa cozida, para que pudesse ser colocada nas formas; preenchimento efetivo das formas; perfuração da parte inferior da forma, para que o mel, em meio ao processo de secagem do açúcar, escorra e se separe da mercadoria final; quebra da parte superior do açúcar ainda dentro da forma, para que se pudesse igualar o volume no interior da forma, bem como liberar espaço para aplicação da argila; nivelamento do volume no interior da forma, processo conhecido por entaipamento¹⁸; barreamento¹⁹, processo através do qual se buscava o clareamento do açúcar, mediante aplicação de uma placa de argila encharcada, que percorria toda a massa no interior das formas, de modo que lavava todo o açúcar; umedecimento da argila, para dar continuidade ao processo de lavagem, que poderia durar quase 30 dias; e retirada do açúcar lavado das formas.

Por conseguinte, temos a retirada do açúcar da forma para que se proceda a separação em espécies diferentes. Após a separação, cada tipo de açúcar é quebrado e colocado sobre uma tenda para secar ao sol. Ao longo desse processo de secagem, o açúcar é reagrupado e quebrado novamente, para que todas as suas partes fiquem igualmente expostas ao sol e, conseqüentemente, não haja variações em sua composição. Enfim, a última parte consistia na pesagem e no encaixotamento do açúcar. É nessa etapa que se distribui a proporção do açúcar produzido no engenho entre o senhor e proprietários e os demais

¹⁸ Conjunto de taipas que formam uma construção ou uma vedação. Ato ou efeito de entaipar, de cercar com taipas, paredes ou obstáculos.

¹⁹ “No Brasil, o açúcar era chamado de barreado porque se utilizava o barro para a sua preparação. Era embarcado nos portos na forma de açúcar mascavo que, na época, possuía pouco valor comercial” (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

lavradores que forneceram cana a ele. A marcação das caixas e sua liberação para o transporte e posterior comercialização finalizam o processo.

Outro aspecto que devemos mencionar na implantação da estrutura do engenho na colônia é utilização da mão de obra escrava africana e “crioula”, embora não podemos negar que inicialmente houvesse escravização de indígenas²⁰, sem o qual não seriam possíveis o desempenho e a efetivação da produção do açúcar em terras brasileiras. O escravizado na África – trazido ao Brasil - vinha de Angola, Guiné, Cabo Verde, bem como os trazidos da costa da África – ardra e calabares da Guiné e de Cabo Verde eles vinham de todas as Áfricas. Quanto às mulheres africanas, na perspectiva do governador Adriaen van der Dussen, estas eram compradas para trabalhar em suas casas, ou seja, eram cativas no espaço doméstico (DUSSEN, 1947).

Os cativos eram, enfim, os responsáveis pelas variadas tarefas na produção do açúcar. Assim, o fornecedor devia possuir escravos para a limpa, trato e corte dos canaviais, que usavam carros e bois para conduzir a cana até as instalações dos engenhos, onde estavam os maquinários destinados ao produto final. No cotidiano do labor, podiam contar com ferramentas necessárias ao trabalho agrícola: enxadas, foices, machados e as caixas para acondicionar a sua porção de açúcar. Depois de todas essas etapas, o produto era transportado para os portos de Pernambuco. (OLIVEIRA, 2015).

2.2 O Engenho do Miriri

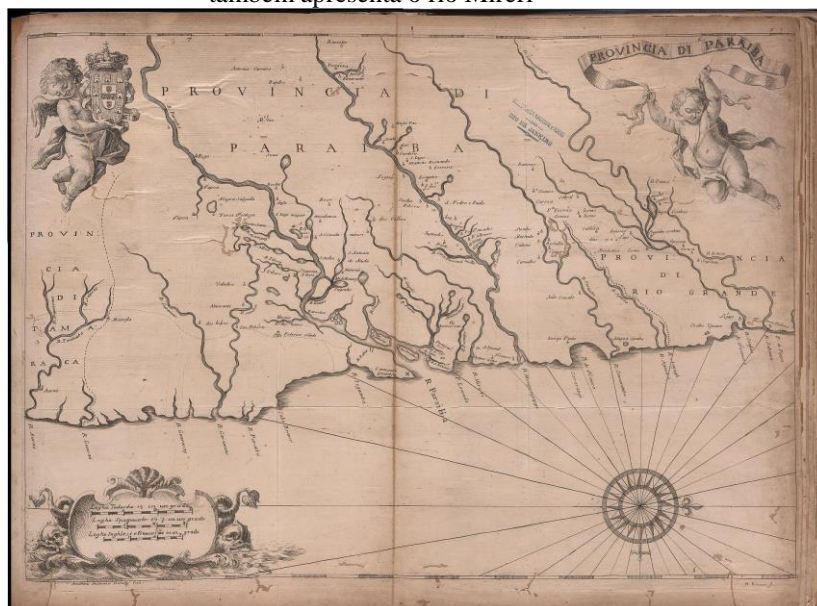
Herckmans (1982), em seu relatório, descreve as condições do engenho do Miriri, que estava em propriedade de Francisco Álvares da Silveira, nome que aparece na Relação de 1623 de José Israel da Costa, como proprietário do Engenho Miriri (COSTA, 2004). Quanto ao engenho de Silveira, este é mencionado, em 1637 e 1639, como arruinado, com seus canaviais incultos. Além disso, de acordo com Evaldo Cabral de Mello (2003), Silveira era devedor de 555 florins à Companhia das Índias Ocidentais.

De acordo com o relatório de Adriaen van der Dussen, as condições econômicas e sociais do engenho do Miriri eram de ruínas. Destacamos que a passagem do Engenho do Miriri das mãos dos beneditinos para Francisco Álvares da Silveira, ao que tudo indica, veio a

²⁰ De acordo com Miller (1997, p. 26): “como escravos, os índios eram notoriamente difíceis de controlar e inclinados a desertar para as conhecidas florestas que os rodeavam”. O território que atualmente compreende o estado da Paraíba, quando da chegada dos europeus na região, no século XVI era povoado por diversos grupos indígenas, divididos em três classificações distintas: Tupi, Cariri e Tarairiú. Os grupos de origem Tupi eram os Potiguara e os Tabajara, que habitavam a região litorânea. Já os grupos de origem Cariri e Tarairiú, dividiam-se em diversas nações, que habitavam o interior da capitania (GUEDES, 2006).

ocorrer durante as invasões holandesas, que atingiram a Paraíba através de ataques contínuos a Cabedelo, onde a resistência foi muito acentuada. Os invasores tentaram se fixar nessas terras, porém isso só se concretizou em 1634, quando desembarcam ao norte da foz do Jaguaribe e conseguiram vitória sobre as tropas do governador paraibano Antônio de Albuquerque Maranhão.

Figura 1 - Mapa do século XVII (1698) da então Capitania da Parahyba, com o rio Paraíba ao centro. O mapa também apresenta o rio Miriri



Fonte: Andreas Antonius Horatij. Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/19/Mapa_da_Prov%C3%ADncia_da_Paraiba.jpg. Acesso em: 26 abr. 2022.

2.3 Memórias de tempos recentes: o engenho do Miriri

Demonstramos por meio de trabalhos de pesquisa as trajetórias iniciais do Engenho do Miriri, observando a descrição histórica de construção e participação de seus primeiros trabalhadores, seguindo o caminho do açúcar pelos rios paraibanos. Partimos com os beneditinos do final do século XVI e, posteriormente, concluímos com o período das invasões holandesas no século XVII, no qual o engenho passa às mãos de proprietários particulares.

Nesse sentido, utilizamos dos relatórios de holandeses traduzidos para o português e já publicados, pesquisas bibliográficas e a análises de textos historiográficos para demonstrarmos a importância do Engenho do Miriri para a construção da sociedade paraibana.

A conclusão que Rocha (2007) aponta como problemática é que os autores vinculados ao IHGP interpretam o Brasil como resultado das ações civilizadoras dos brancos de origem europeia no Novo Mundo, e os outros povos, nesse contexto, teriam menos peso

histórico. Como foco da nossa pesquisa mister nos debruçarmos sobre o Engenho do Miriri, o que chama a atenção são os silenciamentos desses povos no período que a pesquisadora afirma que os trabalhadores escravizados não mereceram menção nem mesmo quando os portugueses conquistaram a capitania e iniciaram o (re)povoamento, com a construção de engenhos, casas de moradia e edifícios religiosos – isto é, no período de formação da sociedade da Paraíba, não foi dada a devida importância ao trabalho de africanos escravizados na feitura da sociedade do açúcar.

Tais trabalhadores foram citados apenas como parte de bens pecuniários de senhores e ordens religiosas; a exemplo de quando Machado fez ao se referir às posses dos beneditinos, que “após a guerra holandesa conseguiram reconstruir o seu belo mosteiro, possuíam casas, escravos, gados, safras, e por último levantaram, em grandes proporções, o engenho Marauí, o primeiro e o melhor da província [...]” (MACHADO, 1977, p. 326).

Quando destacamos que o autor sequer reconheceu a importância da mão de obra africana na construção material da Paraíba, não queremos, com isto, afirmar que desde as primeiras décadas da colonização o indivíduo de ascendência negra estivesse em grande quantidade, pois, segundo a historiografia da Paraíba²¹ tem demonstrado, os colonizadores construíram seus engenhos de açúcar, inicialmente, com a exploração do trabalho dos indígenas, o que até a primeira metade do século XIX era compulsório²².

Ainda, retratando o período e, um pouco atrás²³ na segunda metade do século XVII, percebe-se a desorganização da cultura açucareira na Paraíba e uma conseqüente diminuição da produção. Até então, essa era a principal atividade econômica da capitania que, agravada pela crise mundial desse setor, aliada a outros fatores, fez diminuir a produção e a exportação desse produto (OLIVEIRA, 2007). Além disso, no início do século XVIII, o comércio de escravos africanos passava para o domínio de holandeses, franceses e ingleses, o que encarecia o seu custo e dificultava a chegada dessa mão de obra à Paraíba. E “para completar o quadro de flagelo da Capitania, [...], sobreveio, em 1724, uma seca e uma praga de lagarta. [...] que se prolongou pelos anos subsequentes, e é tal a esterilidade da Capitania que os frutos [...] se extinguiram quase todo” (OLIVEIRA, 2007, p. 91).

²¹ Ressaltamos que as ideias até aqui apresentadas estão na tese de Rocha (2007).

²² Para mais informações sobre o trabalho dos povos indígenas na Paraíba colonial, ver Medeiros e Sá (1999) e Medeiros (2000).

²³ A pesquisa de Belo (2015) apresenta fragmentos da região de Santa Rita, que se insere como região/parte do Engenho do Miriri no trabalho: “Avenida liberdade: Morfologia e Estrutura urbana em Bayeux - PB (1960-1989)”, pelo programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Depois de 44 anos, verificou-se que essa experiência favoreceu muito mais Pernambuco do que a Paraíba (OLIVEIRA, 2007), a pecuária e o algodão passaram a se destacar na economia, sendo determinantes para o desenvolvimento econômico e a ocupação do interior.

A pecuária, a princípio, constituiu uma extensão da cultura dos engenhos, figurando como meio de subsistência. Posteriormente, tornou-se autônoma e adquiriu grande importância pelo papel que assumiu na conquista, na ocupação e na colonização de novos territórios. [...] Ao contrário da cana-de-açúcar, que se desenvolveu em terras à beira-mar, a pecuária expandiu-se para o interior, em terras secas, como o agreste e o sertão (OLIVEIRA, 2007, p. 85).

Já na transição para o século XIX, a Paraíba ainda continuava em crise. Contudo, com o desenvolvimento da cultura de subsistência da pecuária e do algodão, ocorreu um crescimento populacional na região. Nesse aspecto, o povoado de Santa Rita beneficiou-se, pois as lavouras de subsistência acompanharam as lavouras comerciais, principalmente depois do aumento populacional, a partir do qual se gerou uma migração interna de dentro dos engenhos para a região central. Em 1839, é criada a Freguesia de Santa Rita (SANTANA, 1990). Já em 1823, o império havia autorizado o funcionamento da feira livre semanal, em frente à igreja de Santa Rita, ano em que também se iniciam as aulas primárias daquela região (SANTANA, 1990).

Apesar da expectativa de uma nova leva produtiva para o setor açucareiro, que estava sob a forte concorrência da produção desenvolvida em outras regiões do país, essa produção esbarrava na falta de investimento por parte dos donos dos engenhos, que ainda trabalhavam de maneira muito dependente da força de trabalho manual e compulsório com técnicas bastante rudimentares. Isso gerava níveis de produção baixos, além das incertezas do mercado externo, o que obscurecia o futuro do setor. No início do século XIX, foi percebida uma melhora e, a partir de então, “[...] o algodão prosperou em comparação ao açúcar, desde a segunda metade do século XVIII” (OLIVEIRA, 2007, p. 146), gerando um alívio para o setor.

No final do século XIX, algumas alterações políticas na região são significativas, entre estas, a elevação da Freguesia de Santa Rita à categoria de Vila em 1890. É importante salientar que o então Povoado de Barreiras (atual município paraibano de Bayeux) neste período está sob a dominação de Santa Rita. E é nesse contexto de alterações políticas, econômicas e sociais que vai alcançando destaque, quando também se intensificam as relações com a capital, dentre eles se encontra inserido o Engenho do Miriri, como antigo produtor de açúcar na região.

Quanto à primeira metade do século XX, encontramos as condições dos engenhos de açúcar na região da Paraíba, entre eles o engenho do Miriri. Vale salientar que ao contexto histórico de sua condição, respaldamo-nos na escrita feita pelo relatório do Instituto do Açúcar e do Alcool²⁴, criado por meio do decreto nº 22. 789, de 1º de Junho de 1933, que produzia vários expedientes, sendo o do Ano XII, Vol. XXV, nº 3, de Setembro de 1944, o qual fez alusão à história do açúcar paraibano, afirmando assim: “[...] a nossa civilização começou na várzea. Veio de lá uma grande força de animação impulsionada pela cana de açúcar. E ao braço escravo se deve uma contribuição notável de progresso material” (BRASIL AÇÚCAREIRO, 1944, p. 263).

Entre os fragmentos do relatório, encontramos parte da extensão em descrição da época, sobre a primeira metade do século XX, dirigida aos antigos engenhos da região:

Ainda podem ser arrolados engenhos que são autênticas preciosidades, senão legítimos representantes de um passado tão bem descrito por Loreto Couto ou Vicente do Salvador. *Temos aquêles puxados a bestas e as juntas de bois. Temos aquêles outros movidos à água.* São engenhos primitivos, apresentando o seu “caráter” colocado em primeiro degrau, onde o barro entra com a sua notável contribuição, não obstante a mistura com outras influências contemporâneas do aço, do cimento e da nova técnica. Mas ainda assim subsistem alguns banguês do tipo século XVII. Todos os apontados acima, cujos nomes foram seguidos na sua modificação através do tempo, são dignos de conservação integral como também merecem conservação, tal como se acham agora: *Engenho Novo e Itapuá, Corredor e Outeiro, Itaipú e Lagoa Preta, Maravalha e Fazendinha, Massangana e Miriri, Santana e Maraú, Boa Vista e Gameleira, Jardim, Monge, São José, Canabrava, S-Lourenço, Angico, Niterói, Aurora e Pau Amarelo* — engenhos pertencentes à família Lins ou sejam os Vieira de Melo, Leitão, os Cavalcanti de Albuquerque, Bandeira de Melo, Pessoa Lins, os Cesar, os Falcão, os Rego, os Marinhos, os Bezerra de Albuquerque, Barros Lins ou Lins de Barros. São engenhos que, na sua maioria, revelam enorme e prática modificação nos estilos de fabricar o açúcar, muita coisa se apresentando um tanto aproximada do regime mecânico das usinas. Ostentam uma semelhança comparada em 10% (BRASIL AÇÚCAREIRO, 1944, p. 263, *grifo nosso*).

²⁴ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi criado pelo decreto n. 22.789, de 01/06/1933 e tinha como incumbência regular e fomentar a produção, o transporte e o comércio de cana de açúcar e álcool, sugerindo aos governos da União e dos estados todas as medidas que deles dependessem e fossem necessárias, inclusive as referentes a cotas de produção, impostos e taxas, fixando também os seus preços de compra e venda para a indústria e para o consumidor. Em 25 de julho de 1933, o decreto n. 22.981 aprovou um novo regulamento para o (IAA), que passou a ter como fim assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar, incrementando paralelamente a produção e o consumo do álcool-motor nacional. Em 10 de janeiro de 1951, o decreto n. 29118 aprova novo regimento interno para o (IAA), reestruturando o seu quadro de pessoal. A finalidade do instituto passa a ser a defesa e o fomento da lavoura canavieira e da indústria do açúcar e do álcool. Em 22 de julho de 1960, a lei n. 3762 criou os ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, transferindo o (IAA) para a órbita do primeiro. Em 24 de junho de 1975, a portaria n. 129 aprovou um novo regimento para o (IAA), que passa a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a finalidade básica de executar a política agroindustrial açucareira do Brasil. O Instituto do Açúcar e do Alcool foi extinto pelo decreto n. 99.240, de 07/05/1990. **DIBRARQ**. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/instituto-do-acucar-e-do-alcool-1933-1990>. Acesso em: 23 de Ago. 2022.

Ao que também temos na literatura de José Lins do Rego no livro: “Menino de Engenho” (1932):

Eu ficava com os mestres de ofício vendo os seus trabalhos. [...] O Seu Rodolfo sabia de muita coisa. Vivia consertando engenhos desde menino. E de toda parte trazia uma história. Trabalhara para um marinheiro no engenho do Meio, para o Major Ursulino do Itapuá, para o Doutor Pedro do Miriri. Os negros de Ursulino toda manhã levavam uma chibatada, na porta da senzala, para esquentar o corpo. O marinheiro dormia na rede, com a garrafa de cana nos braços. A destilação do engenho só trabalhava para a gente da casa-grande. [...] O velho Duda do Riachão não gostava de mulheres. Uma filha fugira com um cambiteiro. Casou a segunda vez. E sempre que a mulher estava para dar à luz, ficava o velho beirando o quarto. Chorava menino lá dentro. Batia na porta para a parteira, sabendo do sucedido. E se a notícia era ruim, o velho Duda só fazia dizer: “- Acabai com ela.” (REGO, 1932, p. 100-101).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, e voltando nosso olhar para a história deste tempo, enxergaremos questões locais que envolveram as terras e o provável cemitério dos cativos localizado no engenho do Miriri.

Castro (1969), apontando sobre o tema, faz a seguinte descrição:

Em 1955, João Firmino, morador do Engenho Galiléia, fundava a primeira das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. Não fôra seu objetivo principal, como muita gente pensa, o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, ou de defender os interesses desses bagaços humanos, esmagados pela roda do destino, como a cana é esmagada pela moenda dos engenhos de açúcar. O objetivo inicial das Ligas fôra o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria: os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com êle aprofundar lentamente pela eternidade afora. Para isto é que foram fundadas as Ligas Camponesas²⁵ (CASTRO, 1969, p. 25).

O contexto era o avanço dos grandes latifundiários nas terras do Nordeste, enquanto ocorria a lógica de modernização implantada pelo governo de Juscelino Kubitschek (JK), havendo, assim, um desprezo às questões agrárias anunciadas no Plano de Metas. A política nacional-desenvolvimentista visava manter o sistema agrário inalterado, pregando o crescimento do país: “[...] incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses

²⁵ Mantivemos a escrita original do livro de Josué de Castro em 1969, 3ª edição.

rurais e urbanos” (MOREIRA, 2003, p. 188). Isso gerou uma enorme polêmica no final dos anos 1950.

É dentro desse contexto que abordaremos a Fazenda Miriri. Autores como Bernardete Wrublewski Aued (1986) e Francisco de Assis Lemos de Souza (2008) informam que na Paraíba no ano de 1958, foi criada a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, sendo nomeada posteriormente como Liga Camponesa de Sapé. Essa liga teve forte influência, chegando a ganhar destaque nacional e internacional, representada como uma das maiores e mais expressiva nas lutas por reivindicações de Reforma Agrária e direitos sociais (AUED, 1986; SOUZA, 2008).

Na Paraíba, várias foram as lideranças desse movimento camponês, destacamos os nomes de: Alfredo Nascimento (Fazenda Miriri em Capim), Antônio Galdino da Silva (Fazenda Olho D’água em Mari) e João Pedro Teixeira (BR²⁶ João Pedro Teixeira para Sapé) foram assassinados, especialmente, com a participação de policiais militares²⁷. Outra liderança do movimento, que inclusive disputou a prefeitura de Sapé, e foi o candidato representante dos camponeses no ano de 1966, no auge da ditadura empresarial-civil-militar: Ivan Figueiredo, pertencente à família Figueiredo de Albuquerque Maranhão²⁸, cunhado de Pedro Ramos Coutinho, dono do antigo engenho do Miriri.

Para Souza (2008), as Ligas Camponesas significaram a desconstrução do processo de isolamento do homem camponês em relação aos direitos e as políticas públicas, assim como refletiram na construção da identidade política. Nesse sentido, afirma Novaes (1987, p. 73): “[...] a definição social de camponês é, sobretudo, uma definição política que remete à maneira pela qual trabalhadores articularam e ordenaram experiências sociais coletivamente vividas” e, na entrada desses sujeitos no cenário político.

²⁶ Na verdade não se trata de uma Rodovia Federal, antes é uma rodovia estadual, portando a sigla correta é PB.

²⁷ João Pedro Teixeira. Ano de 1962. Presidente da Liga de Sapé, na Paraíba. Nascido em 1918, em Guarabira, Paraíba. Era casado com Elisabeth Teixeira e tinha 11 filhos. Líder dos camponeses rurais do Nordeste, foi um dos fundadores das Ligas Camponesas de Sapé, Paraíba, uma das mais combativas do país. Condições da morte: morto a caminho de casa, no Sítio Sono das Antas, com cinco tiros por três homens armados de fuzil, no dia 2 de abril de 1962, em Sapé, Paraíba. Mandantes: Aguinaldo Veloso Borges (usineiro), Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares. Executores: cabo Antônio Alexandre da Silva, vulgo “Gago”; o soldado Francisco Pedro da Silva, vulgo “Chiquinho”; “Nobreza” ou “Chicão”, ambos da Polícia Militar; e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, ou “Arnaud Claudino”. Providências jurídicas: houve julgamento, em 27 de março de 1963. Conforme decisão do juiz Walter Rabelo, todos foram condenados, menos Aguinaldo Veloso Borges, dono da usina Tanques, pois, como sexto suplente de deputado estadual, ele obteve a “renúncia” de todos os outros para assumir e se beneficiar da imunidade parlamentar. Pedido indeferido em 19 de novembro de 1996 pelo CEMDP, por ter sido julgado pelo juiz Walter Rabelo (BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, v. 2. textos temáticos. Brasília: CNV, 2014, p. 115).

²⁸ No livro: “*Nordeste – o Vietnã que não houve*” de Francisco de Assis Lemos de Souza (2008, p. 371) aparece à foto de: “1. João Pinheiro Neto; 2. Ivan Figueiredo; 3. Assis Lemos; 4. Jório Machado; 5. Geraldo Luiz, na liga Camponesa de Sapé, visita de João Pinheiro Neto, Presidente do SUPRA (Superintendência para Reforma Agrária)”.

Significaram, ainda, um processo histórico-político fruto da necessidade coletiva (envolvendo homens e mulheres), de autodefesa frente à violência estrutural e política no campo, já que capangas e policiais praticavam, sob a garantia do Estado, violência contra os trabalhadores rurais que lutavam por direitos coletivos (à terra, ao trabalho, à educação e à saúde, à previdência, à moradia e à alimentação). Eram caravanas de camponeses convivendo com a miséria.

Os trabalhadores rurais resistiam ao poder quase absoluto dos proprietários de terra:

[...] arrancando o capim ou a cana, plantados no lugar dos seus roçados e refazendo-os através do sistema de mutirão; entrando na justiça com solicitação de manutenção de posse; acampando em praça pública; ocupando a sede local do INCRA; denunciando a violência dos donos em nível regional, nacional e internacional, através da imprensa, da Igreja e de outras entidades de apoio (SOUZA, 2008, p. 59).

Cittadino (1998) pesquisou como foi a reação das oligarquias rurais em relação às Ligas Camponesas, levando a criação de grupos paramilitares e da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APRA) que passaram a agir de forma repressiva com as lideranças camponesas, apoiando o golpe de 1964.

Outros estudiosos dos conflitos rurais também esclarecem:

Após o golpe de 64, a correlação de forças no campo pendeu para o lado dos patrões e se manifestou através da dissolução do movimento mediante repressão, intervenção nos sindicatos existentes e criação de novos, afastamento e/ou eliminação de lideranças, nomeação de dirigentes pelegos, implementação de uma política assistencialista lesiva aos trabalhadores (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 286).

Assim que arrebentou o golpe empresarial-civil-militar de 1964, alguns proprietários de terra e usineiros do chamado grupo da Várzea, aliados e protegidos pelas forças armadas, já que se têm provas de que em vários confrontos os capangas dos latifundiários da Paraíba possuíam armas privativas do exército, organizaram e saíram em grupos armados pela zona rural do município de Sapé, de Pilar e de todos aqueles municípios daquela região para arrancar dos baús das casas dos homens do campo a sua carteira de trabalho.

Segundo Zenaide (2012) os capangas saíam de casa em casa tomavam as carteiras do Ministério do Trabalho levavam para o engenho e botavam aquelas carteiras fazendo um monte de carteiras do Ministério do Trabalho, botavam álcool e tocavam fogo. Choques entre camponeses e latifundiários na região do brejo paraibano, representados de um lado pelas Ligas Camponesas e do outro pela Associação dos Proprietários Rurais tencionou o campo especialmente em Miriri, Sapé e Mari. Documento transcrito referente ao Jornal “A União”

por parte do sociólogo Cláudio Santa Cruz, de 27 de março de 1964 reflete o clima político no campo:

Camponeses moradores eram expulsos das terras, as casas de palhas queimadas e as pequenas lavouras de subsistência confiscadas sem a menor indenização. Os programas geralmente se realizavam à noite, quando famílias inteiras eram despertadas pelas tochas incendiárias sem o menor aviso prévio. E lá se iam, pelas madrugadas, em demanda do horizonte, o pequeno rebanho apavorado. Eram mulheres e crianças que gemiam e que choravam, deixando para trás o tugúrio em chamas (COELHO, 2004, p. 25).

Havia, ainda, outro periódico, o jornal Última Hora – Nordeste (UH-NE), de Samuel Weiner, ligado a getulistas, que “procurava cortejar o povão”, construindo um discurso em defesa do Governo Goulart. Neste Jornal, notícias sobre questões de interesse dos trabalhadores encontravam mais espaço, sobretudo, se fossem iniciativas do Governo Estadual ou Federal.

O contexto nacional brasileiro do Jornal Última Hora – Nordeste (UH-NE) e que alavancaram as lutas no campo, foi que a partir da posse do presidente João Goulart, em 1961, as tensões no campo foram potencializadas, não apenas em função da proposta de reforma agrária que estava no bojo das reformas de base, mas também porque o governo garantiu ao setor rural o direito à sindicalização. Em 1963, o presidente sancionou o “Estatuto do Trabalhador Rural”, estendendo formalmente ao mundo rural a estrutura sindical e os direitos trabalhistas regulamentados para os trabalhadores urbanos a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943. O Estatuto instituiu normas gerais de proteção ao trabalhador rural referente à duração de trabalho, remuneração e salário mínimo, repouso e férias, higiene, segurança e moradia.

Naquele contexto, a bandeira da reforma agrária emergiu com grande intensidade. Segundo Medeiros (1993, p. 7), o que se verificou:

[...] foi, pois, o encontro de perspectivas distintas e projetos diferenciados apontando para a necessidade de reformas estruturais e convergindo para uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária. Essa crítica, potencializada pela enorme quantidade de lutas por terra, levadas à frente por “posseiros” (Goiás, Paraná, Rio de Janeiro), “moradores”/“foreiros” (Pernambuco, Paraíba), “arrendatários” (São Paulo, Goiás, Minas Gerais), trabalhadores “sem-terra” que acampavam nos limites das propriedades, demandando terra (Rio Grande do Sul), transformou a reforma agrária, no início dos anos 1960, em carro-chefe das “reformas de base” e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista.

Na Paraíba, as Ligas Camponesas foram marcadas por violência na região de Sapé. Um grupo da várzea paraibana, que também era amparado pelo Estado, constituiu-se como

um dos principais inimigos desse movimento social, tendo como marcas castigos, prisões e expulsões de diversos camponeses – no ano de 1962, ocorreu a morte de João Pedro Teixeira, um dos fundadores e líder da Liga Camponesa de Sapé²⁹ (ALVES, 2014).

A região do engenho do Miriri estava em processo de disputas entre camponeses e latifundiários – com seus capangas e jagunços –, na qual temos a figura do proprietário rural Pedro Ramos Coutinho³⁰. Isso levou à morte de um dos principais líderes do movimento e do jagunço que assassinou esse líder³¹, tendo como desfecho as terras do engenho terem entrado em uma grave crise de produção. Novas manifestações e reivindicações por melhorias de salários e outros benefícios aconteceram: foram alcançados posteriormente (ALVES, 2014).

Pedro Ramos Coutinho³² é membro de uma das famílias mais importantes da Paraíba, cuja parentela gozava de um forte poder econômico e político na região. Além disso, vários membros de seu clã ascenderam à vida política como foi, por exemplo, o caso dos seus irmãos: o fazendeiro e industrial João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, que se tornou prefeito de Sapé e posteriormente deputado federal da Paraíba; e Flávio Ribeiro Coutinho, no âmbito político ocupando os mandatos de deputado estadual e federal, e governador da Paraíba.

Também teve o usineiro Renato Ribeiro Coutinho que ocupou o cargo de vereador e em seguida de prefeito no município de Cruz do Espírito Santo, tendo sido eleito deputado estadual (1947-1951) e deputado federal (1967-1971) (CPDOC, s/d), sendo que este último já no período da ditadura militar. Teve seu nome citado no assassinato que ocorreu em Mari-PB em 15 de janeiro de 1964, envolvendo o seu administrador da Usina Santa Helena e o líder da Liga Camponesa de Mari, em decorrência de uma arma de uso exclusivo do Exército que teria

²⁹ Quanto à expansão das Ligas Camponesas na Paraíba, estas foram implantadas nas fazendas Miriri, Alhandra, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Pedras de Fogo, Oitizeiro, Itapororoca, Várzea Nova e Itabiana (AUDE, 1986).

³⁰ Desse modo, a presença das Ligas Camponesas na Paraíba começou a incomodar as oligarquias agrárias da região, cuja autoridade era marcada por atos abusivos, com exploração trabalhista e relações paternalistas, como apadrinhamentos e “favores” concedidos à clientela para a conservação do poder e do “curral eleitoral”, que parecia naquele momento ameaçada pela organização camponesa. Daí a atitude de eliminar seus líderes, como aconteceu com João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé, em 1962, por Pedro Ramos Coutinho, além de outros latifundiários envolvidos; e também o assassinato de Antônio Galdino da Silva, presidente da Liga Camponesa de Mari, em 1964 (depois transformada em sindicato), morto pelo homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho. A perda desses líderes camponeses, somada ao golpe civil-militar no Brasil, com a perseguição e dissolução das Ligas Camponesas no estado, favoreceu a família Ribeiro Coutinho, uma vez que continuou a exercer livremente os seus desmandos na região, já que não havia mais questionamento nem oposição acerca da relação precária de trabalho e moradia, além de ter sido absolvida do crime contra João Pedro Teixeira, na figura de Pedro Ramos Ribeiro Coutinho, enquanto Elizabeth Teixeira teve de fugir para não ser presa, passando a viver quase duas décadas na clandestinidade e distante de sua família. Para um estudo mais aprofundado sobre a família Ribeiro Coutinho, ver Alves (2019). No entanto, essa versão é contestada pela família de Pedro Coutinho, negando ser ele o autor do assassinato.

³¹ Caroline Gonzaga (2020) menciona a questão do líder da Liga dos Camponeses assassinado pelo administrador da Fazenda Miriri.

³² Para mais informação, analisar o trabalho de mestrado: “**Violência entre (des) iguais: Memórias silenciadas nas lutas da liga camponesa de Sapé-PB (1962-1964)**” de Juliana Ferreira Alves.

sido apreendida por um grupo de camponeses no confronto com os vigilantes da propriedade da família Ribeiro Coutinho.

Vale frisar que a prática de ter acesso a armamento do Exército e fornecê-lo para os seus vigias, de contratar jagunços e milicianos, era ato corriqueiro dentro do senhorio dos proprietários para a manutenção da dominação perante seus subordinados. Deste modo, a presença das Ligas Camponesas na Paraíba começou a incomodar as oligarquias agrárias da região, cuja autoridade era marcada por atos abusivos, por exploração trabalhista e por relações paternalistas como apadrinhamentos e “favores” concedidos à sua clientela para conservação do seu poder e do “curral eleitoral”, que parecia naquele momento ameaçado pela organização camponesa.

Daí a atitude de eliminar seus líderes, como aconteceu com João Pedro Teixeira da Liga de Sapé em 1962³³, e também o assassinato de Antônio Galdino da Silva, presidente da ex-Liga Camponesa de Mari, em 1964 (depois transformada em sindicato), morto pelo homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho.

A perda desses líderes camponeses, somado ao golpe civil-militar no Brasil, com a perseguição e dissolução das Ligas Camponesas no estado, favoreceu a família Ribeiro Coutinho, uma vez que eles continuaram exercendo livremente os seus desmandos na região, já que não havia mais questionamento e oposição acerca da relação precária de trabalho e de sistema de moradia, além de terem sido absolvidos do crime contra João Pedro Teixeira na figura de Pedro Ramos Ribeiro Coutinho, enquanto Elizabeth Teixeira teve que fugir para não ser presa, passando a viver quase duas décadas na clandestinidade e distante de sua família.³⁴

Assim, a Fazenda da região onde se estabeleceram parte dos camponeses:

Também conhecida como Engenho Miriri, desde a época das Ligas a Fazenda Miriri localiza-se no município de Sapé, à margem direita do rio Miriri quase sobre o limite com o município de Santa Rita, a leste. Atualmente ela é conhecida como Usina Miriri. Vale lembrar que por se tratar de um extenso latifúndio, as terras desta Fazenda estendiam-se por quatro municípios: Sapé, Santa Rita, Mamanguape e Rio Tinto, sendo que a

³³ No dia 2 de abril de 1962 o líder camponês viajou a capital para supostamente tratar de uma ação de despejo. Em João Pessoa foi comunicado de que o encontro havia sido adiado e só iria ocorrer à tarde. Na verdade tudo era uma trama urdida pelos latifundiários: Antônio Vítor, Aguinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos Coutinho. Os três haviam planejado, em minúcias, a morte de João Pedro. A acusação viria do cabo Chiquinho, que perpetrara o assassinato com a colaboração de mais dois criminosos. João Pedro partiu da capital no último ônibus. Descera em Café do Vento e deu início àquela que seria a sua última caminhada. Daí a instantes três balaços disparados de algum matagal próximo tiraram a vida de um homem que tinha um único sonho: tornar o campo um lugar de paz e harmonia (NUNES, Nonato. Web site da Associação Paraibana de Imprensa. **A João Pedro Teixeira**. Disponível em <http://www.apipb.com.br/colunas/protexto/a-joao-pedro-teixeira>. Acesso em: 25 Ago. 2022.)

³⁴ Para um estudo mais aprofundado sobre a família Ribeiro Coutinho (MATWYCHUCK, 1997; MONTEIRO; FERREIRA, 2017; AGUIAR, s/d).

parte que correspondia ao município de Mamanguape deu lugar a dois novos municípios: Capim e Cuité de Mamanguape, que antes eram distritos (ALMEIDA *apud* ALVES, 2014).

Identifica-se por meio desta descrição, a extensão territorial do engenho do Miriri, que se tratava de um grande latifúndio, doado em 17 de agosto de 1599 pela coroa portuguesa a Ordem religiosa de São Bento, na lógica do empreendimento de fundação da Capitania da Paraíba. Posteriormente, transferido pelos beneditinos para Francisco Alves da Silveira, o qual foi assim citado nos densos relatórios que os governadores holandeses elaboraram na Paraíba. Sendo sucessivamente transferido das famílias: Cavalcante de Albuquerque Maranhão, Lins do Rego e, do proprietário Ademar Soares Londres que o vendeu a Pedro Ramos Coutinho, que no início dos anos de 1960, se envolveu na trama por disputas de interesses com os moradores do antigo engenho, dentro das organizações das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro.

Neste processo de apropriação das terras e repressão das Ligas, os proprietários contavam com a cumplicidade da polícia, que disponibilizavam a mão de obra para fazer o trabalho sujo nas fazendas. Os casos mais evidentes destas disputas foram à contratação do sargento reformado Manoel Pereira da Silva, conhecido como “Capa de Aço” ou “Peito de Aço”, como administrador da Fazenda Miriri, onde teve grande atuação o camponês Alfredo Nascimento.

A missão do sargento-administrador era expulsar da fazenda os moradores que fossem associados às ligas; em um confronto “Capa de Aço” matou Alfredo Nascimento e acabou sendo morto com golpes de foice pelos camponeses (SOUZA, 2008, p. 52; VAN HAM, 2006, p. 132; RAMOS, 1989, p. 32); e a contratação do soldado Chiquinho e do cabo Antônio Alexandre por Aguinaldo Veloso Borges, para assassinar João Pedro Teixeira, como será visto adiante (RAMOS, 1989; SOUZA, 2008).

Figura 2 - Alfredo Pereira Nascimento, assassinado em 15/03/1962, na Fazenda Miriri



Fonte: Aude (1981, p. 184).

Figura 3 - Conflito na Fazenda Miriri. Ao chão: Alfredo Pereira Nascimento, Manoel da Silva ou “Capa de Aço” e outro não identificado³⁵.



Fonte: Aude (1981, p. 185).

No entanto, é importante ressaltarmos que, as discussões sobre os grandes proprietários e as Ligas Camponesas, vêm sendo pautadas como as lutas do homem que vive no campo em condições de vítimas do homem rico, o grande latifundiário. Porém, a versão do grande produtor é contraposta do outro lado da escrita, na literatura jornalística conservadora.

O Livro de Antônio Barroso Pontes³⁶ em: “Cangaceirismo do Nordeste” apresenta versão destoante daquelas produzidas e mencionada em diversos trabalhos de história e jornais, analisados sobre a região Nordeste do Brasil e a Fazenda Miriri, assim encontram-se descritos:

Apesar das leis que garantem o direito de propriedade, a “Fazenda Miriri”, um dos maiores celeiros de produção agrícola e pecuária, nas proximidades da capital do Estado da Paraíba, compreendendo Santa Rita, Espírito Santo, Sapé e Mamanguape, sofreu a mais ultrajante invasão de indivíduos se dizentes camponeses sem terra, aliciados por espertalhões que, para sensibilizar melhor a política orientada pelo governo João Goulart, se intitulava de comunista. O proprietário do imóvel, Sr. Pedro Ramos, foi vítima das maiores violências, ameaças e depredações, tortura moral e humilhações de todos os tipos, a ponto de passar um ano todo sem rever os seus bens [...]. Entre as cenas mais violentas destacou-se o assassinato do tenente Manuel Pereira, oficial reformado da Polícia Militar, que iniciava os trabalhos de administração na “Fazenda Miriri” e por isso foi ceifado antes que terminasse o período de experiência (PONTES, 1973, p. 154-155).

³⁵ De acordo com o livro: “*João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores*” esse outro que não foi reconhecido, ao que tudo indica é um homem cujo codinome se chamava “Mala Velha”, de acordo com a entrevista concedida de Francisco Antônio da Silva para obra. CONSULTA POPULAR – PB. **João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores**. João Pessoa: Ideia, 2002.

³⁶ Antônio Barroso Pontes, autor de 14 livros, militou na imprensa durante toda a vida, sempre nos Diários Associados. Atuou intensamente no Diário de Pernambuco, no Jornal O Norte e no Diário da Borborema. Na década de 60 foi correspondente da Revista “O Cruzeiro”, de propriedade de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello. Nos últimos anos ele foi presidente da Associação dos Servidores Civis do Brasil.

Desta maneira, considerados de “horda famélica” (*idem*, 1973, p. 155), na fome retratada pela terra, aqui não passaria de uma estratégia manobrada por “comunistas”, organizado pela bandeira de João Goulart, o “comunista”. A luta do campo tinha mais o viés político, que necessariamente a busca por um pedaço de terra para sobreviver. E, seguindo a linha teórica conservadora, a tônica adotada no texto se volta para violência dos “dizentes camponeses sem terra”, que culminaram na morte do oficial policial militar reformado, além de toda a “violência” que sofre o Sr. Pedro Ramos, o “proprietário do imóvel”. Não como latifundiário.

Corroborando e distando em crítica ao trabalhado do jornalista conservador, Antônio Pontes no livro: “Cangaceirismo do Nordeste”, embora, sejam escritas de tempos diferentes, temos o Jornal Terra Livre de 1964, que divulgava as lutas dos camponeses por direitos que eram desrespeitados pelos patrões. Sendo que, o jornal circulou entre os anos de 1954 e 1964, período em que os comunistas incentivaram as lutas camponesas no interior dos estados brasileiros. Com o golpe militar que ocorreu em março de 1964, o periódico foi obrigado a encerrar as suas atividades, diante da intensificação da repressão ao movimento camponês.

O Terra Livre, criado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), era voltado única e exclusivamente aos camponeses, para a divulgação das ideias comunistas, da legislação trabalhista e dos protestos dos trabalhadores rurais contra as situações a que estavam submetidos. Partindo dessa premissa, os jornalistas do periódico buscavam manter os camponeses informados sobre os direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que eram constantemente desrespeitados pelos patrões³⁷.

Na análise de Cruz (2013, p. 37), as reportagens instruíam os líderes dos sindicatos a realizarem as leituras das matérias aos lavradores que tinham pouca escolaridade ou que não sabiam ler, com o objetivo de manter informados os camponeses, letrados ou não, sobre os acontecimentos que ocorriam em áreas rurais brasileiras. Segundo Medeiros (1995, p. 209), Elizabeth Teixeira, liderança camponesa da Paraíba, pode ser citada como exemplo de liderança que realizava a leitura do jornal em voz alta aos trabalhadores rurais, por isso utilizava-se linguagem mescladas de recursos visuais para atingir os camponeses. Vejamos:

³⁷ Para compreender melhor a intencionalidade do Jornal Terra Livre, consultar o trabalho de CRUZ, Rafael Sandrin da. A história do jornal Terra Livre e as lutas dos camponeses no estado de São Paulo. **Temporalidades – Revista de História**. Edição 35, v. 13, n. 1, Jan/Jun. 2021, p. 409. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/32959/27753>. Acesso em: 24 de ago. 2022.

Figura 4 - Concentração camponesa pelo fim do cambão



Fonte: Jornal Terra Livre, Ano XIV, N° 131, Fevereiro de 1964, São Paulo (Hemeroteca Digital).

Ainda sobre as discussões apresentados no Jornal “Terra Livre”, temos os seguintes relatos:

Recentemente, o govêrno estadual, ao invê de instalar, na região, uma escola (pois ali não existe nenhuma inaugurou um pôsto policial, para prender e amedrontar camponeses. A Fazenda Mirirí com uma área cultivável de mais de 6 mil hectares é um dos maiores latifúndios da Paraíba. Terras das melhores, apresentam várzeas úmidas, conhecidas pela fertilidade e de fácil cultivo com máquina. Aquelas terras aceitam arroz, batata, legumes, milho tem quase tôdas as épocas do ano, verduras, etc. Nas elevações podem ser cultivados: mandioca, macacheira, inhame, fruteiras diversas, cajú, côco da Bahia, laranja, manga, pinha, maracujá, banana, jaca, abacaxi, mangaba e outras) (TERRA LIVRE, 1964, s/n).

A intencionalidade apontada pelos trabalhadores do campo por meio da redação jornalística era que, suas reivindicações por reforma agrária não estavam sendo atendidas, sendo que, as vastas terras do Engenho Miriri, não estariam atendendo a função e a força produtiva necessária para tantas famílias esquecidas da região. Desta forma, seriam necessários melhores distribuições dos 6 (seis) mil hectares de terras, para trazer de volta o potencial de produtividade agricultável e servir a todas as famílias presentes naquelas vastas terras.

Além disso, foi implementada a presença policial na região de acordo com o Jornal Terra Livre, e que não objetivava a proteção do homem do campo, antes o intuito era intimidá-los, pois, os mesmos necessitavam para seus filhos, muito mais de educação que necessariamente a presença ameaçadora da policia. Ainda tratando das atrocidades que

ocorriam naquela região, o Jornal Terra Livre, reforça na chamada para questões que envolveram as mortes naquela fazenda.

Figura 5 – A prisão de um Capanga em Mirirí



Fonte: Jornal Terra Livre, Ano XIV, Nº 131, Fevereiro de 1964, São Paulo (Hemeroteca Digital).

E, o texto jornalístico tecendo crítica às atrocidades que aconteceram dentro daquelas terras.

Entretanto, essa fazenda nada produz para a subsistência da população regional, sendo uma região tão rica encravada numa zona tão pobre do Nordeste. Há dezenas de anos transformou-se num latifúndio dos mais improdutivos, onde residem mais de 400 famílias em revoltante estado de miséria. Há poucos anos, seus trabalhadores eram obrigados a dar o “cambão”, uma forma cínica e escravista com que o patrão obriga o camponês a dar 2 ou 3 dias de trabalho de graça. Mas o “cambão” foi liquidado ali, com o surgimento das Ligas Camponesas e das lutas de líderes como João Pedro Teixeira, assassinado pelo latifúndio. O patrão, que não plantava nada, quis impedir que os trabalhadores botassem seus próprios roçados. Foi então que houve um choque violento com os capangas, perdendo a vida o líder Alfredo Nascimento e dois paus-mandados do latifundiário (TERRA LIVRE, 1964, s/n).

O Jornal Terra Livre apresenta algumas ideias ligadas às dos camponeses, homens que sofriam e sofreram as condições análogas aos trabalhadores escravizados no Brasil, condição essa imposta pelo “patrão”. O Jornal Terra Livre, publicou em suas páginas que este homem pouco se importava com a necessidade de “400 famílias” que viviam em “estado de miséria”. Havia, porém, esperança na luta implacável das Ligas Camponesas e das lutas de seus líderes, como a remoção do “cambão”.

Outro jornal, “O Seminário” foi um jornal fundado por Oswaldo Costa e Joel Silveira no Rio de Janeiro, em 1956. Com tiragem de 60 mil exemplares circulava em todo o território

nacional, tendo redações no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sendo assim, pesquisando em acervos de jornais nome do arquivo, encontramos neste a sentença do juiz de direito de Sapé, Paraíba em ano de 1962.

Pedro Ramos Coutinho, proprietário do município de Sapé e Mamanguape, onde fica a fazenda Miriri que serviu de palco a sangrentos episódios que culminaram com a morte de camponeses e empregados da fazenda entre os quais o de nome **Manoel Pereira**, administrador contratado há pouco tempo pelo proprietário e que era tido e havido como “**veterano pistoleiro**”. – Segundo o depoimento do soldado “Chiquinho”, o soldado Alexandre dissera que quem arquitetou o plano de eliminação de João Pedro, fôra o Pedro Ramos que é compadre do soldado Alexandre. As fls. 73 diz o “Chiquinho” que depois do serviço realizado, saíram conversando os três e o Alexandre “afirmou que o seu compadre e amigo Pedro Ramos não tinha preço para quem acabasse com a vida dêsse João Pedro” - Aí estão, pois as relações entre os denunciados com pedido de prisão preventiva pelo Ministério Público e os fatos que resultaram na morte do popular João Pedro Teixeira (O SEMINÁRIO, 1962, p. 7)³⁸.

A decisão do juiz de Sapé, município da Paraíba, era que na trama de morte dos camponeses, ficava evidente o envolvimento dos proprietários da fazenda Miriri, sendo relatado pelos próprios agentes da execução dos crimes. Sendo assim, consta o pedido da prisão preventiva por motivos demonstrados nos autos do processo, conforme publica o jornal “O Seminário” do ano de 1962.

Além deste jornal, encontramos o “Jornal do Brasil³⁹” um dos mais antigos e importantes jornais brasileiros. O JB tem seu surgimento intrinsecamente relacionado com um conturbado período da história política do país. Fundado na última década do século XIX, foi um instrumento político de grupos ligados à oposição ao emergente regime republicano de 1889.

A questão específica que estimulou a Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Dantas a fundarem o referido jornal, foi à exigência da convocação de assembleia constituinte por parte do novo governo republicano, encabeçado pelo marechal Floriano Peixoto. Assim, o Jornal do Brasil nasceu sob a égide do pensamento conservador, representado naquele momento pelos políticos e intelectuais que defendiam o retorno da monarquia. Esse primeiro posicionamento político do periódico carioca acarretou-lhe uma má aceitação, principalmente devida à série de textos publicados por Nabuco intitulados “Ilusões republicanas” e “Outras

³⁸ Mantemos os grifos em destaque conforme encontrado na matéria jornalística. **O SEMINÁRIO**. Nº 287. 28 de Junho de 1962, p. 7. Biblioteca Nacional Digital Brasil.

³⁹ Para mais informações sobre o “Jornal do Brasil” consultar: (PACHECO, Diego da Silva. **Do Prata à Guanabara: A deposição de Arturo Frondizi e a Imprensa do Rio de Janeiro (1962)**. 180f. Dissertação (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Programa de Pós-Graduação em História. 2009).

ilusões republicanas”, onde tecia pesadas críticas ao novo regime. Como resultado desse descontentamento o jornal foi invadido e empastelado.

A trajetória do JB não foi homogênea. O matutino carioca passou por diversas tendências, decorrentes das constantes mudanças de proprietários. Após o período onde Nabuco e Dantas coordenaram a redação, o jornal passou a sociedade anônima, até ser vendido a Rui Barbosa. Perante a sua oposição ao governo Floriano Peixoto e ao apoio concedido ao movimento de contestação ao governo liderado pelos almirantes Wandenkolk e Custódio Melo, que resultou na Revolta da Armada, Barbosa foi obrigado a vender o jornal.

Inaugurou-se um segundo momento da história do Jornal do Brasil quando esse ficou conhecido como “o popularíssimo”. Os novos proprietários, os irmãos Fernando e Cândido Mendes de Almeida, deram uma nova orientação ao periódico, afastando-o do debate político e conduzindo um estilo jornalístico mais “popular”. Perante as dificuldades financeiras pelas quais o JB passou nessa fase, principalmente por causa da perda de prestígio, os irmãos Mendes de Almeida hipotecaram o jornal junto ao conde Ernesto Pereira Cordeiro. Uma vez que a dívida não foi sanada, o jornal passou a propriedade do conde, que iniciou uma campanha em prol da recuperação do seu antigo prestígio e pela reorganização financeira da empresa.

Não adentraremos no caráter técnico dessas transformações, dentre as quais ocorreram inovações gráficas que estimularam os demais jornais brasileiros a também promoverem reformas semelhantes. O que é importante ter nítido é o fato de o pioneirismo do JB nesse processo lhe atribuiu notoriedade perante os demais jornais cariocas, sendo ao final da década um dos periódicos de maior tiragem e prestígio. O início dos anos 1960 marcou a consolidação desse processo, sobretudo após a chegada de Alberto Dines à sua direção, em 1961. Embora tenha ocupado uma posição de vanguarda ao longo desses anos, a bibliografia caracteriza o posicionamento do jornal como “conservador”, “liberal” e “católico”.

Assim, vasculhando este periódico, encontramos menção da presença do Exército Brasileiro na Fazenda Miriri:

João Pessoa (Especial para o JB) - O IV Exército impediu ontem a passeata dos camponeses, em protesto contra o assassinato de um dos seus líderes, João Pedro Teixeira, Presidente da Liga Camponesa de Sapé, mas eles estão dispostos a efetuar a sua marcha hoje ou amanhã, de qualquer maneira. Enquanto o Chefe de Polícia, Sr. Francisco Maria Filho, apontava à imprensa os assassinos, dizendo-os “ligados aos proprietários de terras em Miriri, Sapé, e Pilar”, o Deputado Francisco Julião, após conferenciar com o Governador Pedro Gondim, dirigiu-se ao Ministro da Guerra pedindo-lhe

“um pronunciamento franco, antes que as massas desesperadas se lancem numa insurreição” (JORNAL DO BRASIL, 1962, p. 3)⁴⁰.

Além disso, a matéria continua entre outras narrativas, apontando as ações dos militares:

Em busca efetuada na Fazenda Miriri, de propriedade de Pedro Ramos - cuja prisão preventiva foi pedida por ser apontado como autor intelectual da morte do camponês -, o Exército apreendeu dois fuzis, arma privativa da classe militar. Em João Pessoa, foram detidos Demétrio Alves da Silva e Targino Virgolino: com o primeiro, foram encontrados 400 revólveres e, com o segundo, 600. [...] Queixam-se os camponeses de que as buscas efetuadas pelo Exército são todas contra eles e nunca contra os proprietários. E apontam o fato de que a única busca feita, na Fazenda Miriri, resultou na descoberta de dois fuzis, privativos do Exército. As estradas continuam ocupadas por tropas do Exército que, depois de impedir a passeata, limitam-se agora a contralar as barreiras. O Comando Militar de João Pessoa distribuiu comunicado, ontem, afirmando que as operações de busca de armas fazem parte do inquérito policial militar (JORNAL DO BRASIL, 1962, p. 3).

Mencionamos aqui as ações empreendidas dentro do governo de João Goulart e do governador Pedro Gondim da Paraíba, as questões que envolveram a morte do líder camponês e o envolvimento dos proprietários, que se vincula com a morte deste. Ao mais, a presença do Exército brasileiro na fazenda Miriri, estaria como um pré-anúncio do golpe de 1964⁴¹, embora, a princípio o jogo político e a trama local, estavam ligados às questões internas, mas de abrangência nacional, e pode ser destacado neste conflito o papel dos conservadores e progressistas.

Retornando o caso, de acordo com Benevide (1985, p. 98), em uma emboscada armada na estrada que liga Café do Vento a cidade de Sapé, dois pistoleiros atiraram em Teixeira quando este dirigia-se ao sítio em que residia. Depois das investigações da polícia militar, descobriu-se o envolvimento de Agnado Veloso Borges (PL), suplente de deputado estadual e patriarca da família Veloso Borges. Para evitar ser julgado como réu comum, o deputado Joacil de Brito Pereira (UDN) articulou uma troca na Assembleia Legislativa, fazendo com que Veloso Borges deixasse de ser suplente e ser tornasse deputado, ganhando imunidade parlamentar.

A outra foi uma manifestação estudantil contra o desrespeito a lei da meia passagem, em 1963. De acordo com Cittadino (1998, p. 135), estudantes apoiados por movimentos

⁴⁰ JORNAL DO BRASIL. Ano. LXXII, nº, 83, Rio de Janeiro - Quarta-feira, 11 de abril de 1962.

⁴¹ Para mais informações consultar a pesquisa: SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “Sim, Senhor”**: Aliança renovada nacional (Arena) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969). 235f. Dissertação (Universidade Federal da Paraíba). Pós-graduação em História, 2016).

operários urbanos, organizaram uma manifestação na frente do Palácio da Redenção, sede do executivo estadual. O resultado foi um conflito envolvendo os manifestantes e a guarda policial do governo. Depois do tumulto, o protesto que visava só o cumprimento da meia passagem virou manifestação política-ideológica contra o governo, acusado de repressor às aspirações populares⁴².

Posteriormente aos eventos, encontramos no trabalho de Maria Edneusa Lucena Barbosa, intitulado de: “O uso político do direito: Composição e soluções legais a conflitos de Terra na Paraíba 1975/1985”, dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, a qual menciona ter se detido na pesquisa especificamente em conflitos pela terra, os quais foram solucionados no período compreendido entre 1975 e 1985. A pesquisadora explica o recorte temporal, a partir dos anos setenta, sendo que, o processo de modernização rural da Paraíba, deu-se com a gradual expulsão do homem do campo, em consequência dos incentivos do governo aos proprietários de terras para que desenvolvessem a cultura da cana-de-açúcar nos marcos do Programa Nacional do Álcool – Proálcool⁴³ no governo militar.

Em função desta política oficial, nos anos seguintes, houve um acirramento da questão da terra no Estado, que vai se expressar nas inúmeras denúncias de conflitos em diferentes microrregiões, e apresentando um quadro em vários registros de conflitos pelo uso e posse da terra na Paraíba de 1975-1987, dividindo-os por meio de meso e microrregiões de municípios e fontes, afirma que os conflitos na Fazenda Miriri, foram resolvidos pelo então INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pois em 1970 foram extintos o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), então pela lei nº 9 1.110 de 9 de julho de 1970, regulamentado pelo decreto 68.153 de 19 de fevereiro de 1971. Vinculado inicialmente ao Ministério da Agricultura, em 1982, passa para a coordenação do Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, através do decreto nº 9 87.649 de 24 de setembro de 1982, sendo o solucionador do problema ao momento.

⁴² No **Diário do Congresso Nacional**, Ano XXIX, nº 131, Capital Federal, Terça-Feira, 22 de Outubro de 1974, p. 8352. Tem-se: “Exercícios de combinação de armas vêm sendo realizados no município de Mamanguape, nas margens da rodovia que corta a fazenda Miriri. principal foco das Ligas Camponesas bem como em João Pessoa e seus arredores. Tais exercício fazem parte do plano de adestramento de tropas do IV Exército”.

⁴³ O Proálcool foi criado em novembro de 1975 por decreto (nº 76.593) pelo presidente General Ernesto Geisel em fase da crise do petróleo de 1973 que elevou drasticamente os produtos derivados do petróleo. Uma das primeiras medidas adotadas foi estimular a instalação de novas usinas de álcool e a modernização da infraestrutura já em funcionamento.

2.4 A reforma agrária no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC

Como identificamos anteriormente, as políticas agrárias brasileiras ⁴⁴sofreram diversas modificações ao longo das décadas, tendo por características serem priorizadas ou não em cada governo. Demonstramos que a partir de 1960 há um destaque particular à política de reforma agrária, por sua importância para o início do governo militar, a partir de 1964, visto que era uma das reformas pretendidas pelo então presidente João Goulart, acusado de alinhamento com o Socialismo (comunismo) (SOUZA, 2008).

Logo no início do governo militar, ainda no ano de 1964, foi instituído o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que direcionou a política agrária brasileira para a perspectiva da colonização. Isso quer dizer que não se pode confundir, a partir desse instrumento governamental, a reforma agrária e o processo de colonização, visto que a colonização é feita, em regra, em terras públicas e a reforma agrária tem por premissa a função social da terra, relativa à propriedade privada, devendo implicar em redistribuição e não na distribuição, como foi promovido no período (BRANDÃO, 2009).

O governo militar acabou por utilizar das regulamentações agrárias existentes para promover a modernização da agricultura, que incentivava especialmente os grandes projetos produtivos. Os mais de 20 anos do período militar, quanto à questão agrária, foram marcados pelo êxodo rural, pela propagação da monocultura primária exportadora e pela concentração de terras no Brasil (BACHA, 2012).

As pressões pela reforma agrária ressurgiram juntamente com a redemocratização brasileira, a política passou a constar na Constituição Federal de 1988 e a ser uma possibilidade de promoção da justiça social no campo, assim como de incentivar a produção de alimentos, já muito discutido internacionalmente, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1996, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, decretou em 9 de maio daquele ano, que a Fazenda Miriri seria utilizada para fins de reforma agrária.

Consta a informação no decreto de 9 de maio de 1996 do Presidência da República Casa Civil e Subchefia para Assuntos Jurídicos. No caso, este declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Miriri”, situado no Município

⁴⁴ Para mais informações consultar o trabalho de: CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 138-164, set. dez., 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6907/5802>. Acesso em: 25 de Ago. 2022.

de Sapé, Estado da Paraíba, e dá outras providências. Nesse sentido, o presidente da república, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, Decreta:

Art. 1º - Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras “a”, “b”, “c” e “d”, e 20, item VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado “FAZENDA MIRIRI”, com área de 600,0000 ha (seiscentos hectares), situado no Município de Sapé, objeto do registro nº R-1-438, fls. 132, do Livro 2-C, 4897, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sapé, Estado da Paraíba. **Art. 2º** - Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º - O Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação da biota⁴⁵.

Com isso, Suzana Figueiredo Coutinho Guerra e cônjuge, os proprietários, foram ao Supremo Tribunal Federal – STF, contestar a decisão presidencial. O argumento utilizado para a derrubada dessa decisão estava amparado assim: “[...] produtividade do imóvel rural em questão e ausência de notificação pessoal e prévia dos impetrantes, para a vistoria a que se refere o art. 2ª, § 2º da Lei n. 8.629/93”⁴⁶:

§ 2º. Para os fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações, mediante prévia comunicação escrita ao proprietário, preposto ou seu representante⁴⁷.

Contudo, no próprio mandado de segurança (MS), com pedido de liminar, está à decisão favorável concedida pelo então ministro do STF, Celso de Mello, quanto ao deferimento da tal medida liminar, concedendo parecer, sendo favorável aos proprietários do imóvel rural em baila, até que se concluísse todo o trâmite processual mister para a tomada de decisão definitiva.

Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal, durante a análise do mérito decisório do mandado de segurança nº 22.596-3, o qual apontava: “inexistindo notificação, há ofensa

⁴⁵ **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. Diário Oficial da União - Seção 1, de 10 de maio de 1996, p. 8018.

⁴⁶ **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF**. Mandado de Segurança n. 22. 596. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/46871/45862>. Acesso em: 27 abr. 2022.

⁴⁷ **LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

aos princípios do “*due process of law*”, da ampla defesa e do contraditório. Precedente (MS nº 22.319, Maurício Corrêa, DJ de 14.08.97)⁴⁸”. Sendo assim, em 09 de outubro de 1997, fora publicado o Acórdão, correspondente a sessão do STF em que, por votação majoritária aquele tribunal concedeu deferimento, favorável, ao Mandado de Segurança. Encerrou-se assim, o litígio entre os proprietários da Fazenda Miriri e o Presidente da República, qualificado como impetrado na ação.

⁴⁸ Supremo Tribunal Federal - STF, Coord. de Análise de Jurisprudência D.J. 25.05.2001, Ementário nº 2032-2. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 14 de set. 2022.

3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Como desenvolvemos um minidocumentário para o produto final, cabe neste momento, esclarecer ao uso da metodologia estabelecida, digo, a respeito do uso da oralidade como fonte, de forma a deslocar nossa visão entre os benefícios relacionados por alguns historiadores. Nota-se, imediatamente, a relevância da história oral no intervalo da obra de Paul Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

A fonte oral pode aumentar uma superfície viva, transferindo inovações e interpretações à historiografia, pois o historiador, constantemente, carece de documentos diversificados, não somente os escritos. Vale expor nesta parte, o aprimoramento de uma prática interessante, que constitui parte da historiografia recente. Segundo Alberti,

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

Nessa perspectiva, a história oral, de acordo com a citação, situa-se na memória humana em sua competência de rememorar o passado, durante o tempo em que se tem o testemunho do vivido. Arriscamos distinguir a memória como existência do passado, uma elaboração psíquica e intelectual de pedaços singulares desse mesmo passado, em nenhum momento em sua completude, mas específicas em defluência dos impulsos para a sua preferência. Jamais, é simplesmente, a reminiscência de certa individualidade, mas, de um indivíduo adentrado em uma conjuntura privada ou grupal, citando caso análogo, desse modo que suas recordações são atravessadas por encadeamentos comunitários, moralistas ou de nenhum jeito. Para Maurice Halbwachs (2004, p. 85), toda lembrança é coletiva, de modo que, estabelece um componente primordial da identidade, da captação de si e dos divergentes.

Uma viabilidade de metodização das memórias, como informadoras e alusivas para inúmeros conhecimentos, são as designações da condição do que é oral. O que entendemos

como história oral é uma prática remota, familiarmente conectada as narrativas comunitárias, ao domínio da comunicabilidade dos diversos agrupamentos humanos. A História manifestou-se narrada, até instituir-se na escrita do testemunho produzido, das sensações compiladas, da lei comedida em sólidas escritas que a autenticam. Tudo isso numa explícita disposição de preservar, de maneira mais protegida e inextinguível, nosso decurso. Como esquema metodológico, a história oral empenha-se em compilar – e, por conseguinte, perenizar – indicações, experiências, memórias dos indivíduos que à disposição de repartir sua memória com o agrupamento e, dessa maneira, consentir uma cognição do vivido muito mais opulento, alterável e matizado de ocorrências que, assim sendo, não entenderíamos. A história oral pode ser compreendida como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

A escrita e os relatos orais não são fontes supressivas entre si, mas integraliza-se reciprocamente. As fontes orais não são meros pilares das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição peculiar e utilidade intrínseca. O formato do documentário, apresentamos o uso da história Oral como metodologia aos entrevistados.

Figura 6 – Morador de Engenho: Edmilson Ferreira da Silva (2022)



Fonte: Documentário - Doçura e Morte.

A entrevista de Edmilson Ferreira da Silva⁴⁹, morador do engenho do Miriri, no documentário explica os motivos que levaram os moradores daquele antigo engenho, a construírem um espaço de sepultamento para enterrar seus entes queridos. Sendo assim, o local ganhou forma, à medida que, a própria comunidade passara a utilizar o espaço em realizações de sepultamentos de crianças e adultos. Nisso, o morador narra a seguinte história sobre o local: “Morria um menino, ali. Vamos enterrar aquele menino, naquela encruzilhada. Que é bom. Ele é um pagão [...] Ali, tinha aquela rodagem, tinha... a de dentro, que vinha o caminho, começou como seja uma encruzilhada ali, mas um cemitérinho de crianças”. Além disso, próximo daquele espaço, havia também outro cemitério, porém de pessoas adultas de acordo com o entrevistado.

E, continua em suas lembranças: “havia ali, dentro do mato. Dentro do mato... Um cemitério de pessoas adultas. Adultas velhas, que enterravam ali dentro [...] Mas hoje, ninguém pode enterrar um ali”. Voltando-se ao passado em sua memória, o morador conta a história da morte do seu filho que foi enterrado no cemitério: “Eu, foi àquela história: Morreu meu menino. Ai! Vamos enterrar o menino Ai! Estavam lá às cruzinhas, já eram umas cruzetas meio velhas. Ai! Enterrava hoje, que era o meu, ai vinha outros de um ano e, enterrava lá. Ninguém nem sabia quem era, ia duas pessoas com um caixãozinho na cabeça”. O morador apresenta nesta narrativa, o espaço de sepultamento como local transformado em cemitério comunitário dos camponeses.

Além disso, quem também aparece no documentário é José Balbino do Nascimento, morador do engenho.

⁴⁹ SILVA, Edmilson Ferreira da. Documentário: Doçura e Morte em 08 de jun. 2022. [Entrevista concedida a]. Pedro Jorge Coutinho Guerra.

Figura 7 – Morador de Engenho: José Balbino do Nascimento (2022)



Documentário - Doçura e Morte.

De acordo com sua narrativa, diz está morando naquele local há 54 anos⁵⁰. E, menciona: “Meu Pai foi criado aqui, os filhos dele todos no engenho. E, eu, os meus netos, tá tudo sendo criado aqui também. Isso aqui tá ‘destenhorado’ (estragado), mas tá me dando a feira de todo mês”. O morador de engenho continua, ainda na própria narrativa, comentando sua trajetória no engenho do Miriri.

Com esta breve introdução, que narra um pouco da trajetória dos moradores e o vínculo com o lugar, demonstrou-se a relação do homem do campo inserido no contexto atual do engenho do Miriri. Partindo disso, justificaremos o motivo da produção do documentário. Nesse sentido, lembramos que vivemos na era da popularização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), o que permite criar experiências na e pela sociedade, condicionando maneiras variadas de práticas sociais e formas de comunicação e a possibilidade das mídias digitais, principalmente a internet. Sendo assim, saindo do domínio dos computadores *desktop*, avançamos para outros espaços, conquistando ruas, praças, bancos e diversos espaços públicos.

Tal contribuição permitiu um novo arranjo da vida cotidiana e urbana nos mais variados espaços públicos. É assim que as cidades modernas, cheias de tecnologia, passaram a vivenciar maneiras novas de experimentar as relações sociais entre as pessoas. Nesse ínterim, as redes sociais digitais favorecem os sujeitos hodiernos, que passam a se conectar com outros sujeitos na rede global, permitindo que leiam e publiquem notícias, emitam opiniões,

⁵⁰ A comprovação de José Balbino, confirma-se por meio do levantamento preliminar de dados e informações sobre o imóvel rural denominado, “Fazenda Miriri” no ano de 1995, no Processo: 21.620/01802/95.

produzam conhecimentos próprios, mobilizem e divulguem informações, tudo de forma também coletiva. Assim, o momento permite vivenciar experiências compartilhadas e desfrutar e fazer parte de uma rede conectada (VILAÇA, 2014).

Sendo assim, foi escolhido o documentário como produto para ser desenvolvido.

A definição de “documentário” não é mais fácil do que a de “amor” ou de “cultura”. Seu significado não pode ser reduzido a um verbete de dicionário, como “temperatura” ou “sal de cozinha”. Não é uma definição completa em si mesma, que possa ser abarcada por um enunciado que, no caso do “sal de cozinha”, por exemplo, diga tratar-se do composto químico de um átomo de sódio e um de cloro (*NaCl*). A definição de “documentário” é sempre relativa ou comparativa. Assim como amor adquire significado em comparação com indiferença ou ódio, e cultura adquire significado quando contrastada com barbárie ou caos, o documentário define-se pelo contraste com filme de ficção ou filme experimental e de vanguarda (NICHOLS, 2005, p. 47).

O alcance de uma produção que descreve de forma sucinta uma das partes da história que contribuiu para o desenvolvimento do estado da Paraíba, ao mesmo tempo em que possibilita novas descobertas por pesquisadores das Ciências Humanas, transforma o antigo engenho do Miriri como espaço vivo de memória, caracterizado pela “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p. 9) – no tempo presente, é a ideia central do documentário.

Tal narrativa permitiu apontar questões e problematizações do lugar em saberes da terra, ao mesmo tempo em que inferiu ideias sobre o processo histórico que levou as terras das margens do rio Miriri a se tornarem produtoras de açúcar no Brasil Colonial ou, como dissemos anteriormente, dos muitos Brasis, até chegar aos dias atuais.

O documentário sobre a história do engenho do Miriri, permitirá chegar às mãos de pessoas próximas e distantes, o conhecimento que desenvolvemos. A abertura e o alcance desse documentário fará com que, alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Humanas, além da sociedade nordestina, conheçam fragmentos, agora alinhados como por um tecelão da história desse lugar, construindo, assim, possibilidades de pesquisas, sendo a intencionalidade em abrir aquele espaço vivo como local de investigação e visitação. A circulação dada por meio das mídias digitais, muito notadamente, pelo canal de vídeos do *YouTube*, assim, possibilitará o alcance que outrora era impossível, já que as mídias digitais democratizam o conhecimento desenvolvido ao longo da pesquisa no programa de História.

4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O documentário sobre o Engenho do Miriri teve como foco despertar reações de como aquele local, naquele momento imagético se transformou em reflexões dotadas de sentido. De acordo com Nichols (2005):

Literalmente, os documentários dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. *Vemos visões filmicas do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis.* O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social. (NICHOLS, 2005, p. 27, grifo nosso).

Para isso, devemos também levar em consideração as diversas realidades dos atuais pesquisadores em Ciências Humanas, que vivem boa parte do tempo conectados em redes e imersos nas mais diversas tecnologias, ampliando as formas de relação do conhecimento. Videoaulas, filmes de ficção com contexto histórico, filmes históricos, séries históricas ou ficcionais baseadas em temáticas históricas, documentários e canais do *YouTube* com conteúdos sobre história, são hoje parte fundamental da construção de conhecimento histórico dos jovens pesquisadores. O trabalho com o visual e a produção de imagens, com textos curtos e, em sua maioria, falados, implicam em não mais a necessidade do corriqueiro “combo” de cópia do quadro e explicação breve do professor (ZANOTTO, 2021).

Com isso, a produção do documentário sobre a história do engenho do Miriri, deve ser compreendida, de acordo com Mauad (2010), na escrita da História através de vídeo, como uma relação dialógica entre produto, conhecimento e consciência histórica. Segundo a autora:

A “escrita videográfica” como resultado da pesquisa histórica implica a elaboração de um novo tipo de texto histórico que considere na sua produção a natureza do tipo de enunciação da fonte trabalhada. Assim, as fontes orais, visuais e sonoras para serem objeto de reflexão historiográfica e comporem o texto histórico devem ter sua substância de expressão preservada. As estratégias de elaboração dessa nova modalidade de escrita da história contam com a ampliação do diálogo entre conhecimento histórico e produção audiovisual, através do trabalho em parceria de historiadores e profissionais de cinema. Um trabalho no qual cada um colabora com o seu conhecimento e experiência numa produção coletiva que congrega as competências individuais (MAUAD, 2010, p. 146, grifo nosso).

Nisso, para chegarmos aos resultados esperados, elaboramos um roteiro das filmagens com entrevistas de moradores do lugar que experimentaram parte da história e construção da memória do tempo presente no engenho. Utilizamos imagens filmadas e fotografadas para

identificarmos as ruínas do antigo Miriri e exploramos os documentos que hoje pertencem aos atuais donos do engenho para entender sua construção. Assim, elaboramos uma narrativa histórica para viabilizar a participação de todos aqueles que contribuíram para a formação do lugar chamado Engenho do Miriri.

5 APLICAÇÃO DO PRODUTO

Tendo em vista que vivemos a era da explosão digital, em que as pessoas procuram informações não mais somente em bibliotecas, livrarias e bancas de revistas, mas também – e muito mais – via internet e com o uso de tecnologias móveis, o produto que construímos teve como foco principal alcançar esse perfil de público.

Produzimos um documentário para apresentar o engenho do Miriri, como memória viva, com diversas possibilidades de pesquisas e potenciais de exploração. No local, atualmente, há antigos moradores que, testemunharam terem ouvido dos seus antepassados, histórias que remetem ao Brasil holandês. Estes ancestrais presenciaram momentos históricos “meu avô dizia que isso era do tempo dos ‘holandês’” (Entrevista de José Balbino, 2022). Outros moradores do engenho na contemporaneidade visualizaram acontecimentos históricos, desta feita que impactaram na transformação da sociedade e economia paraibana, como, a participação das Ligas Camponesas e o trabalho na produção e colheita da cana-de-açúcar e seus derivados.⁵¹

A memória seria formada: por acontecimentos vividos pessoalmente; vividos a partir da experiência do outro, através da projeção ou identificação com um passado, mesmo por pessoas que não o viveram; por ser constituída por personagens; e pelos lugares de memória, locais de realização dos atos de rememoração/comemoração.⁵²

A história dos processos de constituição da memória coletiva pode ser dividida em cinco períodos: o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da

⁵¹ Rubro veio, de 1986, por exemplo, faz o percurso de mais de duzentos anos, de como os pernambucanos construíram um imaginário sobre o período da ocupação holandesa, do momento da restauração (retomada do controle político da capitania), e quais os usos sociais e políticos deste imaginário. Identificam-se em Rubro veio três fases desse nativismo pernambucano. Em primeiro lugar, a do “nativismo nobiliárquico”, logo após a guerra da restauração, quando a açucarocracia, por ter reconquistado e devolvido a capitania à Coroa, julgava-se dona de seu próprio destino, buscando inverter a natural submissão jurídico-econômica de uma colônia. Ainda em Rubro veio, averigua toda essa força do imaginário da restauração em Pernambuco, de tudo o que foi construído a partir desse evento histórico, na utilização discursivo-simbólica dentro do jogo da definição dos grupos sociais e de suas lutas políticas. O imaginário foi o pano de fundo dessas relações, fosse ele suportado por eventos reais ou não. O que importava era muito mais a força de sua argumentação do que sua “verdade factual”, que, por sinal, de tão dita e propalada alcançava esse estatuto a leitura de Rubro veio pode criar a falsa impressão de que o autor buscou contribuir para a leitura sociológica e antropológica que se afana em perseguir e descrever identidades regionais e locais. Não foi essa a intenção. a reconstrução do imaginário da restauração pernambucana pressupôs apenas que as representações, verdadeiras ou falsas, de um grupo social acerca do seu passado podem ser tão relevantes para explicar seu comportamento quanto seus interesses materiais (MELLO, 2008, p. 19). MELLO, e. C. de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3. ed. rev. São Paulo: alameda, 2008.

⁵² POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol 5, no. 10, 1992. p. 201.

seriação eletrônica.⁵³ (LE GOFF, p. 467) Nos dias atuais, como resultado dos desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, presenciamos uma verdadeira revolução da memória onde memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular. Presenciamos uma revolução tecnológica sem precedentes que resulta em duplo processo, interligado, de aceleração da história e prese e preservação da memória – memória eletrônica, digital, automática... Hoje, com os avanços da informática, chegamos perto de uma memória ilimitada... O capitalismo destrói os suportes materiais da memória, bloqueia os seus caminhos, arranca seus marcos e apaga seus rastros – “já não existe mais”.⁵⁴ Ao mesmo tempo, transforma-se a memória em mercadoria: Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é um conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retro, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem.⁵⁵

De acordo com Le Goff (1992), em diálogo com o pensamento de Pierre Nora (1993, p. 7), a memória coletiva, definida como: “[...] O que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (referência), poderia à primeira vista opor-se em sua quase totalidade à memória histórica como se opunha antes memória afetiva e memória intelectual.

Procuramos mostrar que é possível visitar o local como ponto histórico e turístico, sendo o foco, principalmente, a abertura desse espaço como lugar de pesquisa. Para, além disso, apresentarmos que se encontram naquele espaço, ruínas de antigas construções que remontam as edificações do primeiro engenho, vestígios do edifício (moita) do engenho dos monges beneditinos, de um antigo cemitério e diversos outros espaços que são vinculados aos tempos dos primeiros exploradores da região, como a antiga casa de morada de Francisco Alvares da Silveira, pisos da casa de farinha, do barracão e da olaria.

O documentário será publicado na internet, onde ficará disponível para consulta. Nesse sentido, nossa intenção é reafirmar que o local está aberto para diversos tipos de pesquisa com potencial para a academia e também para o público em geral, sendo de fácil acesso e localização.

⁵³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2a. ed. Campinas: EdUNICAMP, 1992. p. 467.

⁵⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 19.

⁵⁵ LE GOFF, Jacques, op. Cit. p. 472.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos, nesta pesquisa, apresentar o Engenho do Miriri, local que não pode ser silenciado na história da Paraíba. Para isso, percorremos o início da colonização brasileira, traçando os caminhos do açúcar e a exploração da mão de obra de homens e mulheres escravizados, mostrando como o engenho vai sendo consolidado, até chegar aos dias atuais.

Procuramos apresentar também os problemas relacionados à cultura histórica e ao silenciamento de homens e mulheres que foram escravizados, sendo um trabalho árduo da historiografia mais recente que tenta desfazer essa negação, mostrando os que poderiam ser esquecidos, mas que a História visibilizou como participantes da construção do engenho do Miriri.

Outra problemática é a questão do grande latifúndio e as lutas pelo direito do trabalho com a terra, envolvendo disputas acirradas, com mortes trágicas de pessoas que lutavam por melhores condições de trabalho no campo. Também procuramos não deixar essas vozes silenciadas – embora sendo morta e esquecida, essa história tem de ser contada para trazer à memória temas que os donos do poder procuram apagar.

O documentário busca abrir as portas desse antigo engenho, como local de memória, possibilitando que mais pesquisadores das ciências encontrem novas problemáticas, com temas que vão além da escravidão, e que em meio à morte e ao sofrimento, existe doçura, ainda que tal morte não seja negada em sua dor.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Francisco de Paula Melo. **João Úrsulo, homem de visão**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IZEsBREsmjCJ:https://rl.art.br/arquivos/6419710.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 25 Ago. 2022.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALMEIDA, Antônio Augusto. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por janicleidemorais@hotmail.com, em 23.09.2014. *In*: ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. 189 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. 189 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ALVES, Juliana Ferreira. **Violência entre (des)iguais: memórias silenciadas nas lutas da Liga Camponesa de Sapé-PB (1962-1964)**. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Lisboa: Officina Real, 1711.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1997 (Edição fac-similar de 1957).
- AUED, Bernardete Wrublewski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-64)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, 1636-1644**. Tradução Original, notas e prefácio de Blanche T. van Berckel-Ebeling Koning; tradução do inglês Henry Widener. Recife: Cepe, 2018.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1985.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL AÇÚCAREIRO. **Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA**. Ano XII., Vol. XXV, Set, N° 3, Rio de Janeiro, 1944.

CASTRO, Antônio Barros de. Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 177-220, abr. 1977.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaio sobre o nordeste, área explosiva. 3. ed. Editora Brasiliense, 1969.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERHPB – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. **Proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte**. João Pessoa, 2004. Mimeógrafo.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, Ideia, 1998.

COSTA, José Israel da. Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, 1623. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. Recife: Cepe, 2004. v. 1.

COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004.

CRUZ, Rafael Sandrin. **O Jornal Terra Livre e os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo**. 2013.170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários/verbete. **Renato Ribeiro Coutinho** (Biografia). Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renatoribeiro-coutinho>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários/verbete. **João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho** (Biografia). Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/joaoursulo-ribeiro-coutinho-filho>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários/verbete. **Flávio Ribeiro Coutinho** (Biografia). Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinhoflavio-ribeiro>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. *In*: GONSALVES DE MELLO, José Antônio (org.). **Revista do Instituto do Açúcar e do Alcool**, Rio de Janeiro, 1947.

DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil

(14/01/1638). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. v. 1.

DIEHL, Astor Antônio. **Teorias da História (uma proposta de estudos)**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

ENOUT, J. E. (Trad.). **A Regra de São Bento**. Rio de Janeiro: Lumen Christi; Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 2012.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: Edusc, 2003.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. **Saeculum**, João Pessoa, v. 16, p. 83-102, jan./jun. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: em torno da etnografia da história e da sociologia do doce no nordeste canavieiro do Brasil**. 2. ed. Coleção Canavieira, 1969.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb, 1979.

GUEDES, Paulo Henrique M. Q. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo P. (org.). **Novos olhares sobre as capitanias do norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007. p. 23-67.

GONZAGA, Caroline. **“Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina”**: violência, resistência camponesa, revolta de Porecatu e micro-história. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GROSSI, Yonne de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. Somos seres de um dia só. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.6, n. 7, p. 20-29, jul. 2001. p. 20-29. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1707/1833>. Acesso em: 06 de Dez. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HERCKMANS, Elias Atualização Wellington Aguiar. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: União, 1982.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História geral da Igreja na América Latina: história da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. v. 1.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JORNAL IMPRESSO, **UNIÃO**. João Pessoa, 23 mar. 1962. p. 3.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **João Afonso Pamplona: a restituição do nome daquele que foi o primeiro proprietário de terras na Capitania da Paraíba**. João Pessoa: Empório dos Livros, 1996.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba**. João Pessoa: MVC Editora, 2019.

MACHADO, Maximiano. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universidade/UFPB, 1977. v. I e II. Edição fac-similar de 1912.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope**, n. 27, Lisboa, p. 7-35, 2002.

MATTOS, Enlison; INNOCENTINNI, Thaís; BENELLI, Yuri. Capitânias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 433-471, dez. 2012.

MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 08, 1997, p. 211-247. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/download/1883/2004/2527>. Acesso em: 25 de Ago. 2022.

MAUAD, Ana Maria. Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010). **História Oral**, v. 1, n. 13, p. 141-151, 2010.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma M. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Universidade/UFPB, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões.** Rio de Janeiro, 1993.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** 1995. 303f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280651>. Acesso em: 24 Ago. 2022.

MENDES, Caroline Garcia. **História do Brasil colonial.** Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

MELO NETO, João Cabral de. **Serial e antes.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada; guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715.** São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira.** Recife: Cepe, 2004. v. 1.

MILLER, Joseph C. O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 19/20, p. 9-36, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20946>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MINTZ, Sidney. O poder do doce e a doçura do poder. *In*: MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados.** Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p. 89-116.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MONTEIRO, José Marciano; FERREIRA, Rafael de Farias. A reprodução das famílias políticas e as dimensões da hereditariedade no estado da Paraíba. Congresso Brasileiro de

Sociologia, 18, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. **Anais...** Disponível em: http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/lista_area_GT33.htm. Acesso em: 06 Fev. 2018.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Trad. Monica Saddy Martins. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUCSP, no. 10, dezembro de 1993.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. 1987. Tese (Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, J. C. C. **Zoneamento ambiental da APA da Barra do Rio Mamanguape e de seu entorno, Estado da Paraíba, Brasil**. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [on-line]**. Campina Grande: EDUEPB, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

OLIVEIRA, Tiago Teixeira. **Santo Antônio do Rio Fundo: breve história de um engenho**. VII SEMOC (Semana de Mobilização Científica), 18 a 22 out. 2004. Universidade Católica de Salvador. Disponível em: <https://url.gratis/8UHHKF>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977 [1908].

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.
RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba**. João Pessoa: Grafiset, 1989.

RESENDE, André. Registros ocultos revelam que população negra na PB era o dobro da branca há 200 anos, diz pesquisador. **G1**, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/registros-ocultos-revelam-que-populacao-negra-na-pb-era-o-dobro-da-branca-ha-200-anos-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2022.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. V. 1, Ed. Nova Aguilar S/A, Rio de Janeiro, 1932.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. 390 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, Livres e Insurgentes Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962**. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SANTOS, João Henrique dos. **Existentes, mas não cidadãos: o status jurídico dos judeus no Brasil Holandês (1630-1654)**. In: LEWIN, H. (coord.). **Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 47-67. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ztpr5/pdf/lewin-9788579820168-07.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, Juvandi de Souza; SILVA, Maria da Luz. **Da formação dos estados ibéricos a conquista e colonização espanhola da Capitania Real da Paraíba**. João Pessoa: PB-JRC, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Conquista e colonização da América portuguesa. O Brasil colônia – 1500/1750**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)**. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Lucian Souza da. **Esmagando a cabeça da Hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888**. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64**. Edições Linha d' Água, João Pessoa, 2008.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, C.1580 – C.1690**. 2011. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. **O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e a periferia**. In: BETHEL, Leslie (ed.). **História da América Latina: América Latina Colonial**. São Paulo: EdUSP; Brasília: Funag, 2004. v. II. p. 339-421.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UZUN, Júlia Rany Campos. **História do Brasil colonial: a presença estrangeira na colônia e o Brasil holandês: caderno de atividades**. Valinhos: Anhanguera Publicações, 2014.

VAN HAM, Antônia M. *et al.* (Org.). **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar**. João Pessoa: Ideia, 2006.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Educação, tecnologia e cibercultura: entre impactos, possibilidades e desafios. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo, v. 7, n. 16, p. 60-75, mai/ago. 2014.

ZANOTTO, Mayara. **Professora, e Bento onde estava enquanto isso?: o desenvolvimento da consciência histórica pelo viés local e a produção colaborativa de documentário sobre a ditadura civil militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Caixas do Sul, Caxias do Sul, 2021.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **As ligas camponesas**. João Pessoa, 2012 (mimeo.).